

CORRUPÇÃO NO MEC

Esquema de propina no governo flagra dois pastores evangélicos e o próprio ministro Milton Ribeiro, que admite ter sido alertado. Em Brasília, todos cobram de Bolsonaro explicações sobre o caso

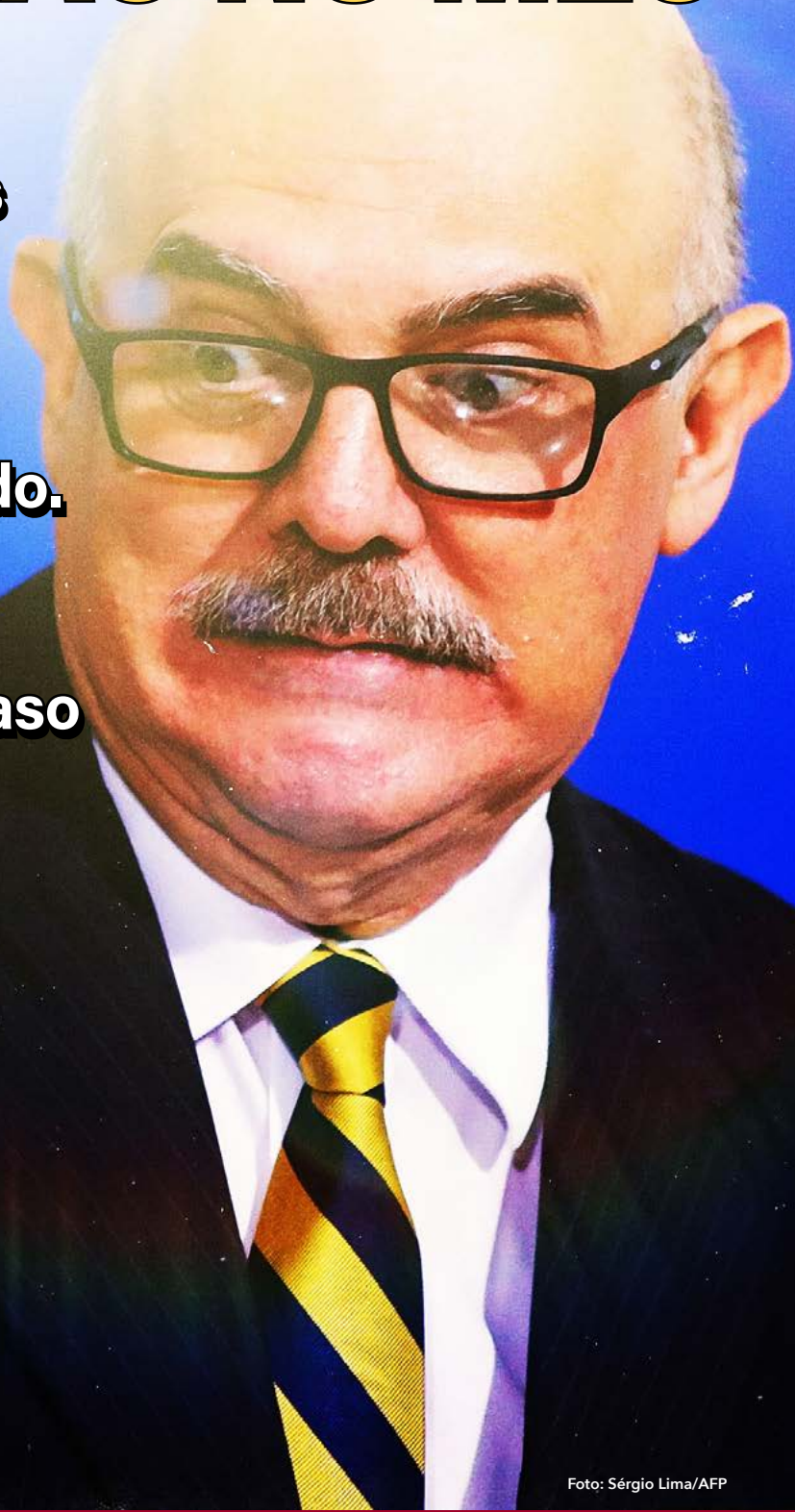
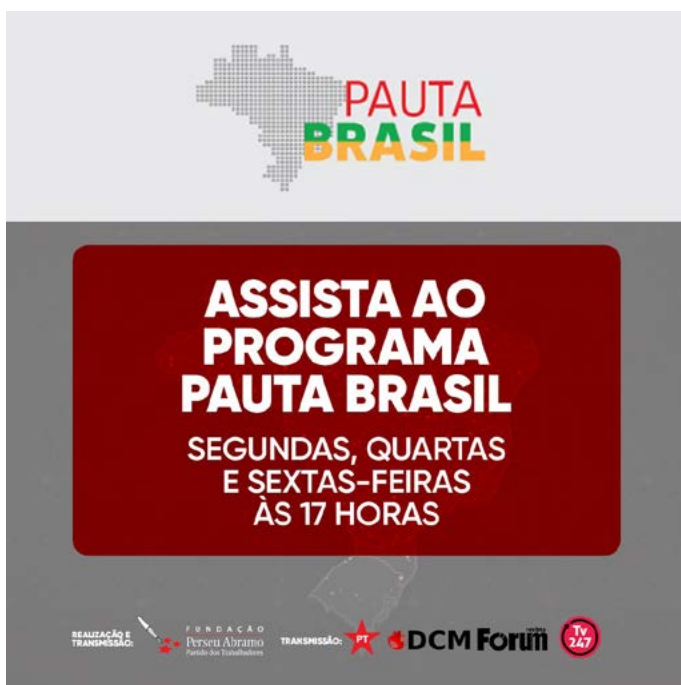


Foto: Sérgio Lima/AFP

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 28 de Março de 2022 Nº 51

Fernando Haddad: O governo Bolsonaro apodreceu
PT salvou a economia, mesmo diante da crise de 2008
Livro mostra como a censura atuou na época da ditadura
Ricardo Stuckert lança livro sobre os povos indígenas



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

PASTORES, PROPINA, BARRAS DE OURO... O MEC AGONIZA COM BOLSONARO

Depois de tornar o Ministério da Saúde um balcão de esquemas em plena pandemia, como apontou a CPI da Covid, o governo coloca a educação em risco, ao transformar o MEC num balcão de esquemas para amigos do presidente da República.

Página 11

Reprodução/MEC/Redes sociais



EDITORIAL. O MEC está à deriva e sem rumo. Denúncia é muito grave
Página 4

ENTREVISTA. Fernando Haddad quer frente ampla também em São Paulo
Página 6

CRIME ELEITORAL. PT denuncia ao TSE esquema no MEC por abuso político
Página 13

CORRUPÇÃO. O esquema do MEC não é o primeiro. Houve ainda outros casos
Página 14

IMPROBIDADE. MPF denuncia Bolsonaro por desvio com Wal do Açaí
Página 15

POLÍTICA. Ao se filiar ao PSB, Alckmin elogia: "Lula representa a democracia"
Página 16

COMBUSTÍVEIS. Lula volta a criticar irresponsabilidade do governo Bolsonaro
Página 17

OPINIÃO. Um novo golpe na soberania popular: o semipresidencialismo
Página 18

ELEIÇÕES. Pesquisa mostra que mais 34% dos não polarizados votam em Lula
Página 20

REDES SOCIAIS. A esquerda precisa de uma estratégia digital sólida
Página 22

AGROTÓXICO. Rogério Carvalho alerta para os riscos com a PL do Veneno
Página 24

MANOBRA. Lira e Centrão silenciam as minorias com novo regimento da Câmara
Página 26

ECONOMIA. Mesmo na crise de 2008, PT conseguiu manter o país a salvo
Página 28

HISTÓRIA. O Golpe de 1964 que derruba Jango e o MCMV lançado por Lula
Páginas 32 e 33

CIÊNCIA. Depois de fechar estatal de semicondutores, acende a luz no governo
Página 34

TRIBUTO. Ricardo Stuckert lança um olhar amoroso aos povos indígenas
Página 37

MÚSICA. Livro mostra como a MPB passou a ser alvo da Censura Federal
Página 39

A DEFESA DO MEC NO NOSSO PROJETO DE FUTURO

Aloizio Mercadante

A educação precisa voltar ao centro do debate e das políticas públicas do país. A construção de uma educação pública, universal e de qualidade para todos, da creche até a pós-graduação, é um dos pilares mais importantes dos legados dos governos do PT.

Ao longo de 13 anos, estruturamos uma série de políticas públicas articuladas e complementares com foco na inclusão, na permanência e na indução da qualidade. Isso permitiu ao Brasil um salto no enfrentamento do atraso educa-

cional histórico, fruto da desigualdade, da escravidão, do nosso passado colonial e de um capitalismo tardio. Tudo isso assolou nosso país por séculos.

Em nossos governos, a educação foi concebida como um bem público, um direito subjetivo de todo cidadão, uma política pública prioritária de responsabilidade do Estado, estratégica e imprescindível para um projeto de desenvolvimento. Além de assegurar inclusão e justiça social, pensamos a educação como exigência indispensável para o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Por isso, criamos um padrão de financiamento que permitiu

aos nossos governos aumentarem o orçamento da educação em 206% em termos reais, entre 2003 e 2015.

O resultado desse compromisso foi que as matrículas na educação infantil, por exemplo, cresceram 84,7%, entre 2008 e 2016. No ensino médio, na faixa etária de 15 a 17 anos, as inscrições cresceram de 42%, em 2002, para 61,7%, em 2014. Entre os 5% mais pobres aumentou em quatro vezes o número de adolescentes que acessaram o ensino médio na idade certa. As chefes de famílias negras que concluíram o ensino fundamental partiram de 5,7 milhões para 17,5 milhões, entre 2003 e 2015.

Sem falar na valorização da carreira docente, com a aprovação do piso salarial dos professores, o êxito de programas como o Pronatec, o ProUni, o Fies, o Ciências Sem Fronteiras, o Enem, o Sisu, o ReUni e o Programa de Alfabetização na Idade Certa e a aprovação da Lei de Cotas e do Plano Nacional de Educação, para ficar em alguns exemplos.

Esse processo foi acompanhado da estruturação de ferramentas de gestão técnicas e republicanas no Ministério da Educação e nas autarquias. Exemplos são o Plano de Ações Articuladas, instrumento fundamental para orientar todas as liberações orçamentárias de forma transparente e criteriosa pelo MEC e FNDE, além do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), um portal operacional e de gestão do MEC.

Depois do Golpe de 2016, passamos a vivenciar uma série de retrocessos. O teto de gastos asfixiou o orçamento da educação e programas estratégicos, como o Pronatec e o Ciências Sem Fronteiras, foram descontinuados. Outros, como o Enem e o ReUni, estão esvaziados. Entretanto, nada se compara à tragédia que viria acontecer a partir de Bolsonaro, com sua fantasiosa e irresponsável guerra cultural na educação.

A partir de 2019, o Ministério da Educação se tornou um navio à deriva, sem planejamento, sem gestão, sem qualquer iniciativa relevante, totalmente esvaziado e aparelhado. A lista de fracassos ministeriais é enorme. Já tivemos o monarquista Vélez Rodríguez, o desqualificado Abraham Weintraub, considerado o pior ministro da Educação da história.

E também Carlos Decotelli, o ministro que foi sem ter sido. Agora, é Milton Ribeiro, um ministro omisso e submisso, que tem se destacado mais por suas declarações com agressões contra

minorias e contra a inclusão na educação do que pelas políticas públicas e soluções que deveria oferecer para a pasta.

A pandemia aumentou a evasão escolar de uma maneira sem precedentes, ampliou a desigualdade educacional e gerou impactos muito negativos no processo de aprendizagem, em especial na alfabetização das nossas crianças.

As redes de ensino foram largadas à própria sorte, sem apoio técnico ou suporte financeiro do MEC, para manter nossas crianças e jovens em contato com ativida-

DEPOIS DO GOLPE DE 2016, HOUVE RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO, SUCATEADA PELO TETO DE GASTOS. MAS, DESDE 2019, O MEC ESTÁ À DERIVA E SEM RUMO

des pedagógicas. E agora, na retomada das atividades escolares, seria indispensável um forte programa nacional de recuperação educacional para diminuir a imensa perda causada pela pandemia e pela ausência do MEC.

Além disso, Bolsonaro acabou com o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, esvaziou a Avaliação Nacional de Alfabetização, desmantelou o Inep e a Capes, esquartejou o orçamen-

to das universidades federais, nomeou reitores biônicos, entre outras barbaridades.

Entretanto, na última semana, surgiram fortes indícios de que aquilo que parecia ser apenas incompetência do ministro Milton Ribeiro era também um balcão de negócios para desvio de verbas públicas, como já denunciaram dez prefeitos.

Enquanto a educação brasileira atravessa um dos momentos mais trágicos da sua história, pastores evangélicos amigos do presidente da República negociam a liberação de recursos para prefeituras em troca de propina, barras de ouro ou da venda forçada de bíblias e construção de igrejas.

Isso configura crimes de improbidade administrativa, tráfico de influência e – claro – crime de responsabilidade. É mais um caso para impeachment. Essa grave denúncia se soma à outra, de 2021, em que Milton Ribeiro é acusado de atuar em favor de um centro universitário presbiteriano suspeito de fraudes no Enade.

Antes de Bolsonaro, o Ministério da Educação sempre teve uma cooperação muito adequada e republicana com diversos líderes religiosos, independente do credo. Mas, a partir do momento em que pessoas, travestidas de religiosos, comercializam a fé para obter vantagens pessoais no MEC, é imperativo uma ação rápida e consistente dos órgãos de controle.

O Ministério da Educação, que nos governos do PT ousou promover uma ampla e massiva inclusão educacional e criar um caminho de oportunidades para levar os filhos e as filhas dos pedreiros e das empregadas domésticas à universidade, está agonizando, sendo espoliado e pede socorro. É preciso reagir já e com muita força para impedir mais esta tragédia de Bolsonaro. Não haverá futuro promissor sem defender e dar prioridade à educação. •

“A ELITE BRASILEIRA TEM QUE CAIR NA REAL”

Ex-prefeito de São Paulo e o mais longevo ministro da Educação da história do país, Fernando Haddad não se conforma com a destruição do MEC. Líder na corrida pelo governo de São Paulo, Haddad diz que é hora de os democratas se unirem em torno de Lula para barrar o fascismo

**Alberto Cantalice
e Pedro Camarão**

O “balcão de negócios” montado dentro do Ministério da Educação é apenas mais um caso absurdo dentro do governo Bolsonaro. As negociações protagonizadas pelo quarto ministro da Educação do governo desde 2019 – e os dois pastores evangélicos – causam espanto em Fernando Haddad, o titular da mais longeva da história do Brasil. Ex-prefeito de São Paulo, Haddad não se conforma com os atuais nomes que comandam o MEC e lamenta a destruição de políticas públicas e instituições que o governo federal promove no Brasil.

Pré-candidato ao governo do estado de São Paulo, cargo para o qual o Partido dos Trabalhadores nunca elegeu um representante, Haddad afirma que é preciso ter

responsabilidade com o capital político que somou até aqui. Por isso, espera que todos os democratas declarem apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Com fascista não se brinca”, alerta.

Na visão do professor, um eventual segundo turno entre Lula e Jair Bolsonaro seria marcado por estratégias de baixo nível do atual presidente da República, seu adversário em 2018. Haddad ainda não descarta que Bolsonaro atente contra a democracia brasileira e contra as instituições.

Focus Brasil – Como o senhor está vendo essa transformação do MEC em um balcão de negócios, tal como já foi flagrado no Ministério da Saúde e em outras áreas?

Fernando Haddad – É o maior escândalo de corrupção da história do Ministério da Educação. Veja, eu passei oito anos no MEC como

secretário-executivo e ministro. O orçamento saltou de R\$ 20 bilhões para R\$ 100 bilhões. E nesse tempo todo, não existiu uma notícia sequer levantando suspeita sobre a conduta não só do ministro, mas de qualquer colaborador do ministério. Então, nas gestões dos governos petistas, falo por mim e pelos que me antecederam e sucederam nos nossos governos, foram 13 anos irretocáveis do ponto de vista da lisura no trato com o dinheiro público destinado à educação. Aquilo ali era um templo sagrado.

Para se ter uma ideia, um dos meus colaboradores, o presidente do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] – órgão que está 100% aparelhado hoje – foi convidado para compor a equipe do Programa Mundial de Alimentos da ONU que dois anos atrás recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Esse é o nível dos colaboradores que tínhamos no MEC. Hoje, é



Ricardo Stuckert

essa aberração. O quarto ministro [Milton Ribeiro] de Bolsonaro, não deveria ter “dormido” no cargo desde que aqueles áudios vieram a público.

E é um drama horroroso. Estamos falando de dinheiro de merenda, de ônibus escolar, de livros didáticos... É disso que estamos falando quando nos referimos a emendas parlamentares. Esse ministro não poderia ter sido sequer nomeado. O pior de tudo é que nós não temos a menor segurança de que, com a sua queda, ele seria substituído por alguém melhor. Muito pelo contrário. Bolsonaro tem sido cruel nas substituições. Sempre consegue achar gente igual ou pior ao ministro que cai.

– A gente não tem nem a segurança de que a história vai ser devidamente investigada.

– Bom, o governo não tem mais controle interno, né? Não existe mais CGU [Controladoria Geral da

União]. É bem verdade que isso já está assim desde o [Michel] Temer. Eu não sei se o Ministério Público terá ânimo de apurar a conduta do ministro e o descalabro na gestão do Ministério da Educação.

– Lula costuma dizer que o governo Bolsonaro é um governo de destruição. A gente pode mencionar aí, sem se aprofundar, Ibama, ICMBio, Funai, Receita, PF... Agora tem o próprio MEC. Como avalia esse processo de reconstrução que teremos caso Lula vença as eleições de 2022?

– E só não destruiu o SUS porque a pandemia não deixou. Sou a favor de uma ampla frente em torno da liderança do Lula. Acho que essa é a condição *sine qua non* para uma frente porque foi a pessoa mais vitimada pelo golpe. Mais até do que a própria Dilma, que foi a segunda maior vítima. Lembrando que Lula passou 580 dias naquela sede da Polícia Federal,

em Curitiba. Quer dizer, o submeteram ao absurdo. No caso da Dilma, foi um crime também contra a soberania popular porque era um mandato legitimamente conquistado nas urnas e que não pôde ser concluído. Lula sequer pôde disputar a eleição. Há uma sucessão de crimes contra a soberania popular e nacional. Aliás, as duas coisas estão combinadas, venda de patrimônio público e corte de direitos. É nisso o que se resume a “Ponte para o Futuro”. Então, eu defendo uma ampla frente em torno da liderança do Lula, norteado pela restituição dos direitos do povo brasileiro e do país enquanto Nação. É disso que se trata, um processo de reconstrução. E quem quiser colaborar: bem-vindo. Muita gente está acordando... Eu fico um pouco surpreso com pessoas que ainda não acordaram para o risco que estamos correndo. A democracia corre risco diante das intenções de voto que Bolsonaro

alcança depois de três anos destruindo o país. Ele aparece com algo entre 25% e 30%, independentemente da pesquisa. É um absurdo um cara desse disputar uma eleição. E um segundo turno de quatro semanas tendo do outro lado um fascista, podemos imaginar o que pode significar. Então, acho que todo gesto em torno do Lula é muito bem-vindo. Se a centro-direita tiver juízo, ela vem com o Lula no primeiro turno. Ela toda.

– **O senhor falou sobre a emergência desse momento e gostaria de pedir que se aprofundasse um pouco.**

Os retrocessos no país são gigantescos. Mais quatro anos de Bolsonaro seria brutal.

– Mais quatro [anos]? Não. Não é que é brutal. Você nunca mais vai ter o Brasil como era projetado. Não vai acontecer a eleição de Bolsonaro, mas nos tornaríamos uma republiqueta pseudofundamentalista porque tudo isso é charlatanismo puro. É uma República de Charlatões, é disso que se trata. Esse é o projeto do bolsonarismo. Fiz um comentário na eleição de 2018 em que falei: “*auri sacra famis*”. É uma expressão conhecida que é a “fome sagrada por dinheiro”, por ouro. E está aí o cara pedindo propina em ouro. Achei que eu estava fazendo uma metáfora, só que não. Era uma previsão.

– **Em 2018, o senhor surpreendeu o país ao conseguir mais de 30 milhões de votos em apenas 25 dias de campanha. Agora, é pré-candidato ao governo de São Paulo. Existe um grande entusiasmo nesse processo. Assim como o Lula, você também é pré-candidato de um movimento?**

– Olha, eu acredito que esteja se constituindo... porque quando começa o processo você não sabe o que vai ser. Tem muitas pretensões legítimas de companheiros

que podem postular o cargo, que foram candidatos, foram para o segundo turno de eleições importantes. Mas eu creio que os gestos, até aqui, do PCdoB, mais recentemente do PSOL, eventualmente a federação com o PV... Quem sabe a Rede “federe” com o PSOL e sente à mesa para negociar conosco um programa para São Paulo? Estamos trabalhando programaticamente. Vamos nos sentar à mesa para discutir programa. Eu acho que São Paulo pode ter pela primeira vez uma postulação pro-

O GOVERNO É UMA REPÚBLICA DE CHARLATÕES. EM 2018, DENUNCIEI A FOME POR DINHEIRO DESSA TURMA. AGORA, PEDEM PROPINA EM OURO

gressista, ampla e competitiva. Estou falando de uma novidade no estado.

– **Para além do movimento de partidos, existe uma movimentação das forças antifascistas, uma aliança social.**

– Eu já estava sentindo isso da parte de setores organizados da sociedade, uma espécie de convocação para que a gente faça uma campanha diferente de tudo o que conheceu até aqui em São Paulo. E São Paulo tem que decidir se quer ser a Califórnia ou o

Texas. Há quanto tempo estamos na retranca aqui? E a gente pode ser um estado inovador, que puxe ciência e tecnologia, indústrias de ponta, empregos de qualidade. Não vejo essa preocupação aqui. E é o que deveríamos nos preocupar. São Paulo precisa se modernizar, a cabeça precisa mudar, a transição ecológica precisa acontecer, as indústrias tecnologicamente avançadas precisam vir para cá... Eu não vejo iniciativa nessa direção e depende de um “estalo de dedos”. Você faz parcerias para trazer o que existe de melhor no mundo. São Paulo é um país, pô! Não é uma brincadeira isso aqui. É um país. A participação de São Paulo no PIB nacional faria do estado um grande país latino-americano por si só. Temos que ter a consciência de que São Paulo tem potencial de ajudar o subcontinente a atrair investimentos, grandes empresas e, também, de fomentar empresas locais. Tem muita criatividade em São Paulo que não encontra canal de expressão e o papel do Estado é criar esses canais.

– **O senhor se referiu à aliança para governar o estado de São Paulo como ampla e competitiva. Como é isso?**

– O PT sempre foi importante em São Paulo, mas o fato é que nós fomos uma única vez para o segundo turno com o [José] Genóino em 2002. Em 1998 e 2010, tivemos candidaturas competitivas. Em 1998, a Marta [Suplicy] e, em 2010, o [Aloizio] Mercadante. Foram candidaturas que “chegaram junto”. Mas nós nunca começamos uma eleição beirando 25%, 30% dos votos. Hoje, temos condição de demonstrar uma força criativa para mudar o estado que, na minha opinião, é inédita. Isso pode, efetivamente, nos levar para o segundo turno numa condição em que a eleição nacional, com muita chance, estará sendo disputada por Lula e Bolsonaro. Isso é um

contexto que a gente precisa ter a responsabilidade de administrar bem. É um capital político acumulado que exige muita maturidade para administrar e levar São Paulo à mudança.

– O desafio continua sendo aumentar o diálogo com a população do interior do estado?

– Olha, mais ou menos. A gente já governou quase 200 cidades do estado de São Paulo. Isso não é pouca coisa. Se você fizer um recorte pelo número de habitantes, já governamos 60% desse estado, talvez mais. As cidades que foram governadas pelo PT são as maiores. É Campinas, Santos, São José dos Campos, Ribeirão Preto, São Paulo, Osasco, Guarulhos, São Bernardo, Diadema e assim por diante. E nós também governamos pequenas e médias cidades, mas em número menor, proporcionalmente. Isso significa que o povo paulista sabe das experiências exitosas dos nossos governos, para não falar do governo federal. Só pra se ter uma ideia, um programa nosso, um único programa nosso, o PROUNI, já ofereceu para os paulistas quase 1 milhão de bolsas. É disso que estamos falando. Um programa só. E os outros? Pro-infância, institutos federais, Caminho da Escola... Só estou mencionando os da área da educação. Os governos federais que mais investiram no estado de São Paulo foram os nossos. Lembrando que nunca governamos o estado. Demos mostras de republicanismo porque mesmo quando era [José] Serra e [Geraldo] Alckmin, Lula fazia questão de investir e sempre teve boa relação com os governos paulistas. Chegamos ao ponto de comprar a Nossa Caixa pelo Banco do Brasil e o [José] Serra era candidato a presidente quando isso aconteceu. Ainda assim, bancamos a compra.

– Sem contar que o governo

Bolsonaro não fez nenhuma obra ou programa para São Paulo.

– Nada. Não fez em lugar nenhum. Ele está aí fazendo propaganda da transposição [do Rio São Francisco] que o Lula e a Dilma realizaram 88% da obra. O Temer acho que fez 7% e ele fez uns 5% e está dizendo que fez a obra. Bolsonaro não tem o que apresentar. Então, como sempre, ele fica tentando roubar alguma coisa. Está sempre pensando em roubar, veja a Wal do Açaí falando claramente que o salário dela ía todo para o Bolsonaro.

BOLSONARO NÃO FEZ NADA EM LUGAR NENHUM. E TENTA SE APROPRIAR DAS OBRAS DE LULA E DILMA, COMO A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

– O que o senhor espera da campanha eleitoral sendo que existe um candidato bolsonarista que já aparece com força? A campanha em São Paulo pode repetir a polarização nacional?

– Eu acredito que isso possa acontecer. Não sei qual é a capacidade de transferência do Bolsonaro para o candidato dele [Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura]. Não sei a capacidade de transferência do [governador de São Paulo, João] Doria para o candidato

dele. O que sei é que os dois governos, o de Bolsonaro e Doria, estão muito desgastados no estado. E são os candidatos à direita mais competitivos. Não temos que escolher adversário. Temos que saber o seguinte: são dois governos que fizeram mal ao estado de São Paulo. E na briga dos dois, quem pagou o pato foi a população. Bolsonaro e Doria vivem um “vidão” e o povo não consegue comprar feijão. Essa coisa de vida mansa para o Bolsonaro e para o Dória e vida sofrida para todo mundo, não dá.

E respondendo à primeira pergunta, eu acho que [a campanha] vai ser uma baixaria. O que o Bolsonaro vai fazer é uma grande baixaria. Os outros eu não sei. A chamada terceira via está muito fragmentada. Eles não têm unidade programática nem política e nem nada. Se somar tudo, não dá 20% [dos votos]. É um caso curioso em que a soma das partes é maior do que o todo. Se eles firmarem uma aliança em torno de um, cai de 20% para 10%. Então, o dilema é grande.

– A pandemia foi uma tragédia nacional que salvou o SUS. E, em São Paulo, a pandemia salvou o Butantan, porque antes o Doria tentou vender o instituto.

– Ele queria se livrar de tudo. Doria tem pavor do que é público. Até uma rua lá em Campos do Jordão ele quis se apropriar. Quer dizer, até rua pública é um problema para ele. Mas o povo conhece o Doria hoje melhor do que em 2016. A gente alertava sobre ele quando as pessoas deram um voto de confiança. Acho que hoje a situação é outra.

– O senhor era prefeito quando o Geraldo Alckmin era governador. Essa aproximação dele a partir das conversas com Lula, a filiação ao PSB e o próprio discurso dele enaltecendo o ex-presidente e PT. Como vê isso tudo?

– Eu torço para todo mundo fazer o que o Alckmin fez. Essa é a minha torcida, que todo mundo apoie o Lula. Se todo mundo apoiar o Lula, eu vou ficar feliz da vida. Deixa os fascistas do lado deles e os democratas todos deveriam seguir o exemplo do Alckmin. Todos deveriam apoiar Lula no primeiro turno. É isso o que deveria acontecer. Essa é a minha opinião. Não se brinca com fascista. Isso é o que a história ensinou. Se todo democrata apoiar o Lula no primeiro turno, todos devem ser aplaudidos. Essa é a minha opinião, do fundo do meu coração. Não é raciocínio eleitoral, é do fundo do meu coração.

– **Se não fosse a reação das forças democráticas, da mídia e do STF, Bolsonaro tentaria um golpe?**

– Ele tentará. Não é que tentou. Vai tentar. Enquanto ele tiver chance, vai atentar contra as instituições democráticas. Agora, polarizou de uma vez. Esse negócio de terceira via já era uma piada dois anos atrás. Em 2019, dei uma entrevista dizendo: “não existe possibilidade de acontecer nada disso que vocês estão imaginando”. Ainda me perguntaram do Ciro [Gomes] e do Doria. Na época, não tinha nem Moro. Eu dei uma entrevista ao UOL dizendo que era muito difícil Doria e Ciro decolarem porque eles vivem uma crise de identidade, você não sabe o que eles são mais. Doria é uma espécie de plano B do Bolsonaro. E o Ciro, uma espécie de plano B do Lula. Não tem viabilidade. São cálculos quase infantis que ficamos fazendo quase dois anos. A mídia forçando, discutindo o que não existe. É o famoso tertraplanismo. Nada contra terem tentado também, mas quantos “terceiravaíers” teve aí no planeta? Foram uns 15: [Luciano] Huck, [José Luiz] Datena, [Luís Henrique] Mandetta... testaram tudo.

– **Com relação à corrida presidencial, o senhor foi advogado de Lula e acompanhou de perto a Lava Jato. Como o senhor vê essa normalização da candidatura de Sergio Moro?**

– Não, mas não tem nada normalizado. Me desculpe...

– **Mas a imprensa o trata como se ele não tivesse sido considerado suspeito pelo STF, como se a Vaza Jato não tivesse exposto que ele combinava o jogo.**

– Ah, bom. Mas a imprensa se não

TORÇO PARA QUE TODO MUNDO FAÇA COMO O ALCKMIN: APOIE O LULA NO PRIMEIRO TURNO. A HISTÓRIA NOS ENSINA QUE NÃO SE BRINCA COM O FASCISMO

tratá-lo com credibilidade, ela própria vai se descredibilizar. Foi a grande imprensa que deu credibilidade a ele. É difícil para ela fazer uma autocrítica e reconhecer que Moro não tem nenhuma credibilidade nem no Brasil nem no exterior. Ele está dando entrevistas na frente de prédios públicos lá na Alemanha, não sei se você viu... Fica nos jardins de prédios públicos porque não consegue mostrar com quem se reuniu. Não tem contraparte nos países que ele está visitando. Lula foi lá,

o [Emmanuel] Macron o recebeu. No México, o [Juan Manuel] Lopez Obrador o recebeu. Na Argentina, a Cristina [Kirchner] e o Alberto Fernández o receberam. Moro foi recebido pelo gramado do Reichstag [parlamento presidencial alemão]. E aparece um cidadão ao lado dele que ninguém sabe quem é e que está comentando a visita. Rapaz, nós estamos numa encrenca. Essa elite brasileira precisa cair na real porque ela fala em meritocracia, mas escala os piores para representá-la.

– **Existe uma grande discussão com relação aos cargos executivos que estão em disputa nessas eleições, mas é preciso que se tome consciência e que se fale sobre a importância de eleger legisladores progressistas.**

– É. Tem que vir de ponta a ponta. Vem com a nossa federação. Nós temos candidatos para todo gosto.

– **Inclusive, temos na esquerda um candidato a deputado que não é do PT, mas que apoia sua candidatura e a do Lula e que pode ser um campeão de votos progressistas em São Paulo: Guilherme Boulos.**

– Sim. O nosso campo tem grandes nomes. O PT tem uma bancada extraordinária e espero que todos reconheçamos o trabalho desses companheiros e companheiras. Temos que dar um voto de confiança a todos. Temos que ampliar nossa bancada e temos os companheiros do PV e do PCdoB que compõem uma federação com a gente por quatro anos. Ou seja, é um casamento muito mais sólido do que aquela brincadeira que era a coligação. E temos a chance de fazer uma coligação de federações. No plano nacional, a coligação em torno do Lula. E, quem sabe aqui em São Paulo, vamos fazer um esforço grande para estarmos coligados também. •



UM ESQUEMA DE OURO

Depois das suspeitas de fraudes no Ministério da Saúde, o governo Bolsonaro agora se vê envolvido em mais uma denúncia de corrupção. Dessa vez, na Educação. Pastores evangélicos montaram gabinete paralelo e cobram propina de prefeitos para liberar recursos. Supremo autoriza investigação e ministro Milton Ribeiro é alvo de inquérito. E Bolsonaro, de novo, fica calado

No Ministério da Educação, quem manda não é o ministro Milton Ribeiro. Mas pastores evangélicos amigos do presidente Jair Bolsonaro. E agora surge a denúncia de que um esquema de corrupção e cobrança de propina em troca da liberação de recursos para prefeituras municipais. Este é o mais novo esquema de corrupção envolvendo

Bolsonaro e seu governo.

O caso será investigado pela Polícia Federal, que vai apurar suspeitas apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União sobre distribuições de verbas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Na quinta-feira, 24, a ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, autorizou que a Procuradoria-Geral da República abra outro inqué-

rito sobre a conduta e o envolvimento do ministro Milton Ribeiro.

Depois da descoberta de um esquema de propinas bilionário no Ministério da Saúde para a compra de vacinas, agora é a educação que está sofrendo a sangria de recursos públicos. Na segunda-feira, 21, veio a público um áudio, publicado pela Folha de S. Paulo, em que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, admite, diante de prefeitos, que um esquema de liberação de verbas, comandado por um pastor sem ligação formal com o MEC, foi montado a pedido do próprio Bolsonaro.

“A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos que são amigos do pastor Gilmar [Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil]. (...) Por que o Gilmar? Porque foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim”, confessou Ribeiro. O ministro ainda acrescenta que, ao terem seus pedidos atendi-

dos, os prefeitos “amigos” do pastor Gilmar teriam que dar uma contrapartida: “O apoio que a gente pede é apoio sobre construção de igrejas”.

A fala do ministro, que também é pastor, é a confissão de um crime. Um pastor evangélico sem ligação formal com o MEC tem o poder de determinar quais prefeitos serão atendidos pela pasta. Em troca, esses prefeitos devem apoiar a

Reprodução



PROXIMIDADE Em mais de um ano, o pastor Gilmar Santos teve 22 agendas oficiais no MEC. Em 17 delas, com a presença do próprio Milton Ribeiro

construção de templos ligados à igreja desse pastor. E mais: todo esse esquema foi um “pedido especial” de Jair Bolsonaro.

A existência do esquema foi revelada na sexta, 18, pelo Estadão. Segundo o jornal, Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade, lideram um gabinete paralelo que tem o controle da agenda e até o orçamento do MEC. Ambos

acompanham Ribeiro em viagens oficiais, usam aviões da FAB e levam prefeitos a Brasília para reuniões no MEC. Nos últimos 15 meses, os dois tiveram 22 agendas oficiais no ministério, sendo 17 delas com participação de Ribeiro.

Em Brasília, a queda do ministro é dada como certa, embora ninguém saiba dizer ou apostar quando ocorrerá. Flagrado na sua franqueza sincera, o próprio Milton

Ribeiro cogitou colocar o cargo à disposição do presidente. Teria sido demovido pelo próprio Bolsonaro. Ele acusa a imprensa de “criminalizar” os evangélicos ao tratar como anormal o lobby dos pastores para a liberação de verbas. Disse que não vê “nada demais” na admissão do ministro que só prestigia os pastores para atender ao presidente.

Ninguém saiu em defesa do pastor que comanda o MEC. A bancada evangélica lavou as mãos, líderes religiosos como Silas Malafaia cobraram explicações do ministro e a oposição partiu para cima. O PT colocou seus líderes na Câmara e no Senado na ofensiva, cobrando transparência do governo e pedindo investigação na Procuradoria Geral da República.

Na quinta-feira, 24, a Comissão de Educação aprovou requerimentos dos senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para que Milton Ribeiro compareça ao Senado para prestar esclarecimentos. “O Ministério da Educação é uma pasta estratégica para o desenvolvimento nacional. Durante o governo Bolsonaro, tragicamente, a gestão do MEC vem sendo marcada por descontinuidade, in-

“MINHA PRIORIDADE É ATENDER A TODOS QUE SÃO AMIGOS DO PASTOR GILMAR. POR QUÊ? PORQUE FOI UM PEDIDO ESPECIAL QUE O PRESIDENTE FEZ PARA MIM”

competência, ideologização, descompromisso e tudo sugere que também por ilegalidades”, critica Jean Paul.

Ex-ministros da Educação, Aloizio Mercadante e Fernando Haddad se mostraram chocados com a denúncia. “É lamentável constatar que foi instalado um gabinete paralelo no MEC que pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches”, disse o presidente da Fundação Perseu Abramo.

“É o maior escândalo de corrupção da história do Ministério da Educação”, diz Haddad, na entrevista a Focus Brasil, que está nesta edição. “E é um drama horroroso. Estamos falando de dinheiro de merenda, de ônibus escolar, de livros didáticos... É disso que estamos falando quando nos referimos a emendas parlamentares. Esse ministro não poderia ter sido sequer nomeado”. Além de Milton Ribeiro, que irá depor na quinta, 31, a Comissão de Educação do Senado também aprovou requerimentos para que outros suspeitos de envolvimento no caso prestem esclarecimentos.

Terão de comparecer o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Márcio Lopes da Ponte, além dos pastores Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura. apontados como os responsáveis diretos pelo esquema no gabinete paralelo do MEC.

Outros depoentes são prefeitos do Maranhão que trouxeram o escândalo a público. São os prefeitos Calvet Filho (Rosário-MA), Helder Aragão (Anajatuba-MA), Junior Garimpeiro (Centro Novo-MA) e Gilberto Braga (Luis Domingues-MA), bem como a prefeita de Bom Lugar (MA), Marlene Miranda. As audiências ainda não têm data definida para acontecer. •



ABUSO POLÍTICO O líder Rogério Lopes e Gleisi Hoffmann querem que a Corregedoria Geral Eleitoral investigue o esquema fraudulento no MEC

PT DENUNCIA ESCÂNDALO AO TSE

Gleisi e o líder na Câmara querem investigação por abuso de poder contra Bolsonaro e ministro da Educação

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) e o líder da legenda na Câmara, Reginaldo Lopes, entraram com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo que o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Educação, Milton Ribeiro, sejam investigados por abuso de poder econômico e político.

Eles reforçam as suspeitas da existência do gabinete paralelo no Ministério da Educação, comandado por pastores que têm não apenas influência política na agenda, como também definem a distribuição de verbas da pasta, inclusive mediante cobrança de propina de prefeitos.

O esquema já está sob investigação na esfera penal. O procurador-geral da República, Augusto Aras, disse ver indícios dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. Ele ainda precisa dizer se Bolsonaro também será

investigado. Até o momento, o inquérito atinge apenas o ministro da Educação, servidores do MEC, pastores e prefeitos.

O PT quer que o escândalo também seja apurado pela Justiça Eleitoral. Gleisi argumenta que as informações divulgadas até o momento indicam que a estrutura do MEC vem sendo usada, pelo menos desde o início do ano passado, para promover a candidatura de Bolsonaro. O caso está no gabinete do ministro Mauro Campbell, corregedor da Justiça Eleitoral.

“Há uma intenção declarada de influir, através do abuso do poder político e econômico, na vontade do eleitorado, tendo em vista o pleito vindouro, direcionando sua escolha, dentre outros artifícios, através da destinação de vultosos recursos para aliados presentes e potenciais (prefeitos) que vierem a se vincular com a continuidade do governo, em verdadeiro uso político do MEC e dos recursos públicos”, diz a representação. •

OUTRAS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

Bolsonaro sempre negou, mas o gabinete paralelo no MEC não é o primeiro escândalo no governo, desde que ele assumiu a Presidência. Houve mais escândalos, graves, também na Saúde, no Meio Ambiente, no Turismo...

O ex-capitão do Exército fez sua campanha eleitoral em 2018 prometendo acabar com a corrupção no governo. Três anos e três meses depois, Jair Bolsonaro se vê às voltas com um novo escândalo de propina e suborno em seu governo. As denúncias de crimes no governo se sucedem desde o primeiro ano de sua administração.

Em outubro de 2019, a Polícia Federal indiciou o ministro Marcelo Álvaro Antônio, do Turismo, no inquérito da Operação Sufrágio Ostentação - investigação sobre suposto desvio de recursos por meio de candidaturas femininas laranjas nas eleições 2018. Ele é suspeito de crimes de falsidade ideológica, associação criminosa e apropriação indébita. Na ocasião, Marcelo Álvaro ocupava o posto de presidente do PSL em Minas.

À época, Bolsonaro disse que pretendia manter o ministro no cargo e 'aguardar o desenrolar do processo'. Segundo as investigações, o PSL de Bolsonaro - ele deixaria a legenda em novembro daquele ano - utilizou-se de laranjas para lançar candidatas a fim de acessar recursos de fundo eleitoral. Marcelo Álvaro era o articulador do esquema.

Em abril de 2021, a suspeita de corrupção recaiu sobre o ministro Ricardo Salles (MMA), acusado de dificultar a ação de fiscalização ambiental e patrocinar diretamente interesses privados de madeireiros investigados por extração ilegal de madeira. Segundo notícia-crime encaminhada pela PF ao Supremo Tribunal

Lula Marques



Alessandro Dantas



SUSPEITAS Ricardo Salles foi acusado de integrar quadrilha criminosa quando era ministro do Meio Ambiente. Com Pazuello, dois escândalos na Saúde

Federal, Salles integrava organização criminosa orquestrada por madeireiros alvos da Operação Handroanthus com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.

Em maio de 2021, foi denunciado o esquema de Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso. O chefe do Executivo criou um orçamen-

to paralelo de R\$ 3 bilhões em emendas, boa parte destinada à compra de tratores e equipamentos agrícolas por preços até 259% acima dos valores de referência fixados pelo governo.

No esquema, parlamentares que apoiavam o governo conseguiam mais recursos em emendas para seus redutos eleitorais. O caso virou alvo de investigação

por parte da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em junho de 2021, em plena pandemia da covid e em meio à CPI, mais uma denúncia de corrupção foi revelada na Saúde. Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostraram que o governo comprou a vacina indiana Covaxin por um preço 1.000% superior do que, seis meses antes, era anunciado pela própria fabricante.

Telegrama sigiloso da embaixada brasileira em Nova Délhi de agosto de 2020 informava que o imunizante produzido pela Bharat Biotech tinha o preço estimado em 100 rúpias – US\$ 1,34 a dose. Em dezembro, outro comunicado dizia que o produto “custaria menos do que uma garrafa de água”. Em fevereiro de 2021, contudo, o Ministério da Saúde pagou US\$ 15 por unidade – R\$ 80,70, na época).

A ordem para a aquisição da vacina partiu pessoalmente de Bolsonaro e a negociação durou somente cerca de três meses, um prazo bem mais curto que o de outros acordos. Até hoje a investigação está parada por falta de iniciativa da Procuradoria Geral da República.

Ainda no mesmo mês de junho de 2021, o ex-diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias foi acusado de pedir propina para autorizar a compra de vacinas pelo governo. Segundo a denúncia, ele teria condicionado a aquisição de imunizantes da AstraZeneca ao recebimento ilícito de US\$ 1 por dose.

Dias chegou ao cargo por apadrinhamento do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), um dos líderes do Centrão. Ele foi exonerado do posto em 29 de junho. Alvo da CPI, chegou a receber ordem de prisão durante seu depoimento. •



Reprodução/Facebook

DESVIO Suspeitos de rachadinhas: Carlos, Wal e Bolsonaro. A assessora legislativa do então deputado federal jamais colocou os pés em Brasília

UMA FANTASMA ATORMENTA O PRESIDENTE

MPF apresenta à Justiça Federal ação de improbidade contra Bolsonaro, por desvio de recursos, junto com a servidora Wal do Açaí. Ela jamais colocou o pé em Brasília

O caso de corrupção no MEC não é o único que atormenta o Palácio do Planalto. Na terça-feira, 23, o Ministério Público Federal apresentou à Justiça Federal uma ação de improbidade administrativa contra Jair Bolsonaro e a ex-secretária parlamentar da Câmara dos Deputados Walderice Santos da Conceição, conhecida como Wal do Açaí. O MPF pede a condenação de ambos por improbidade e solicitam o ressarcimento dos recursos públicos desviados.

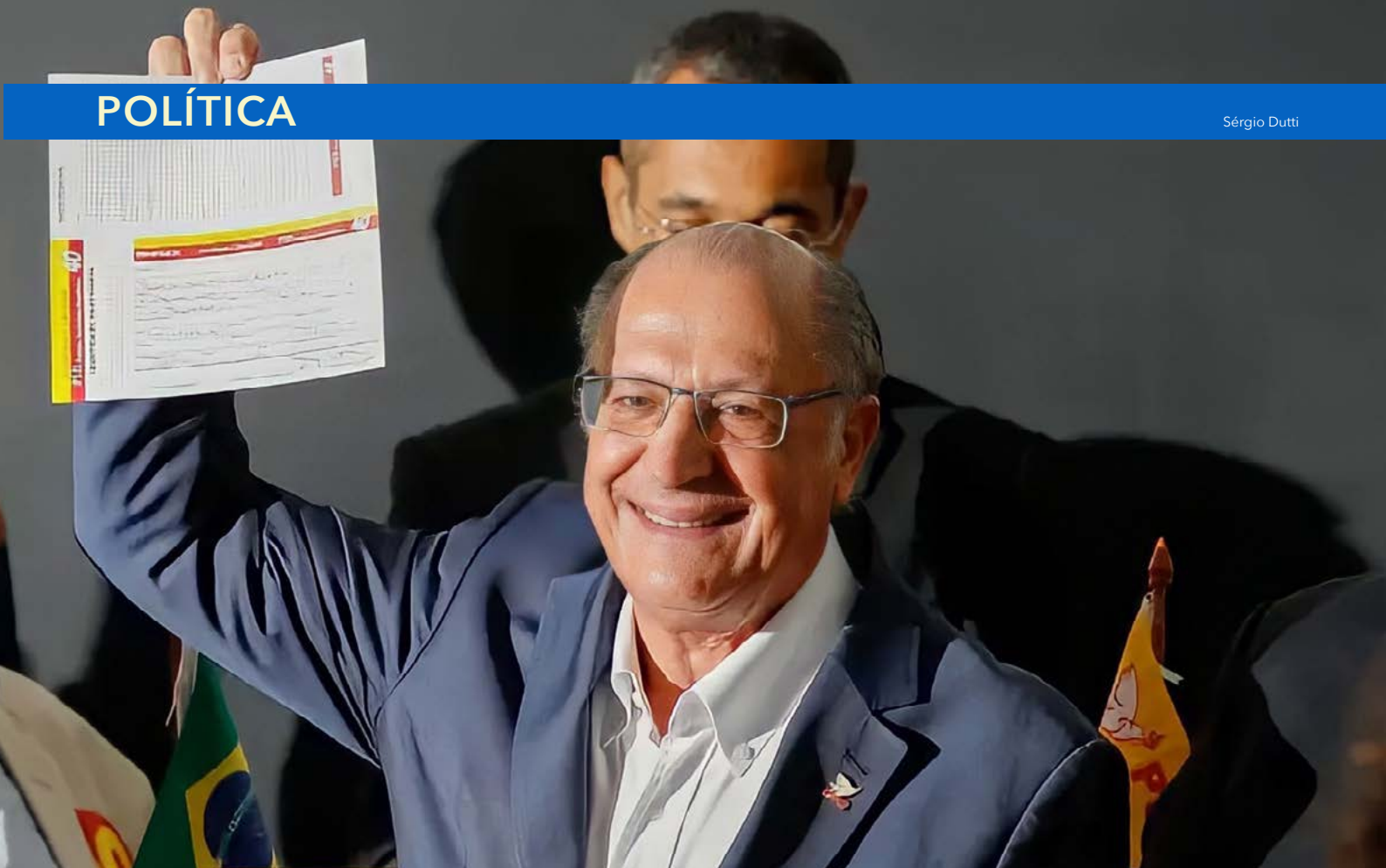
As suspeitas sobre Wal surgiram em 2018 em reportagem da Folha. Em janeiro daquele ano, o jornal revelou que a ex-assessora trabalhava em um comércio de açaí na mesma rua onde fica a casa de veraneio de Bolsonaro, à época deputado federal, na pequena Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis.

Segundo vários moradores da região ouvidos pela reportagem, Wal também prestava serviços particulares na casa de Bolsonaro. Ainda segundo eles,

o marido dela, Edenilson, era caixeiro do presidente. Na ocasião, Bolsonaro não soube detalhar serviços legislativos prestados pela assessora na cidade. Depois, afirmou que ela trabalhava na loja de açaí porque estava de férias na data em que os repórteres estiveram na vila.

Na quinta-feira, 24, Bolsonaro reagiu à ação dos procuradores da República e disse que o MPF promove uma perseguição. “Por que não investiga todo mundo? Só para cima de mim? Se bem que isso aqui é um tiro n’água, dá até vergonha o MP investigar isso aí”, disse Bolsonaro, durante sua live transmitida pelo Facebook e outras redes sociais. “Pega mal para o Ministério Público fazer isso aqui”.

A investigação também revelou que as movimentações financeiras de Wal seguem o padrão de outros funcionários de gabinetes de familiares do presidente investigados por “rachadinha”. No depoimento, Wal confirmou jamais ter ido a Brasília.



ALCKMIN: “LULA REPRESENTA A PRÓPRIA DEMOCRACIA”

O ex-governador de São Paulo deixa o PSDB e se filia ao PSB, elogiando o ex-presidente da República, com quem deve somar forças para derrotar o bolsonarismo em outubro

Uma improvável aliança política começa a se materializar e tornar mais forte a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de 33 anos de vida partidária, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin deixou o PSDB. Na quarta-feira, 23, o ex-tucano assinou a ficha de filiação ao PSB em evento concorrido em Brasília, com tom de campanha eleitoral.

Alckmin rasgou elogios ao ex-adversário, demonstrando sensibilidade política e destacando

que a provável aliança com o PT é para valer e tem como principal objetivo reconstruir o país e superar o bolsonarismo. “Lula representa a própria democracia porque ele é fruto da democracia”, discursou, no ato de filiação.

O PT foi representado na solenidade de filiação de Alckmin pela presidente nacional, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR). “Nunca foi tão necessário somar forças. Viva a unidade das forças populares e democráticas na reconstrução do Brasil”, disse.

Alckmin fez questão de manter

o debate em alto nível e fez muitos elogios a Lula. A cada afago ao líder petista, a plateia, formada por governadores, prefeitos, deputados e novos filiados do PSB, o interrompia com palmas.

Alckmin foi claro e direto. Destacou que Lula é hoje quem melhor reflete e interpreta o sentimento de esperança do povo brasileiro. E declarou que, “se Deus quiser eleito”, Lula vai reinserir o Brasil no mundo. “Vai alargar o horizonte do desenvolvimento econômico e diminuir essa triste diferença social que temos no país”.

Alckmin deve ser anunciado oficialmente como vice na chapa Lula no lançamento da pré-candidatura do petista, que só deve ocorrer após as convenções partidárias. A aliança estratégica entre os ex-adversários, que disputaram a Presidência em 2006, tem como objetivo mostrar que o país precisa da união de todos os democratas comprometidos com o desenvolvimento do país.

Alckmin disse que alguns poderiam estranhar a proximidade dele agora com Lula, mas que ambos têm respeito um pelo outro e nunca a divergência política transformou-se em uma ameaça à democracia. "Disputei com o Lula a eleição em 2006. Fomos para o segundo turno, mas nunca colocamos em risco a questão democrática. Nunca. O debate era de outro nível", comentou.

Agora, o ex-governador diz confiar na capacidade do ex-presidente em dialogar para superar as diferenças políticas. "Em relação à questão fiscal, quanto era a relação dívida/PIB quando Lula entrou e quando saiu? Foi exemplo de responsabilidade fiscal e redução da dívida", elogiou o ex-governador. "Importante é retomar a atividade econômica", concluiu.

O ex-governador de São Paulo ressaltou que o petista está ciente de que terá de buscar apoios ao centro. "Lula, com pé no chão, tem colocado que é preciso uma aliança para vencer e uma para governar. Tarefa de governo é dirimir conflito em nome do interesse público. O Brasil precisa de conciliação, com desprendimento e grandeza", apontou.

Sobre seu próprio papel em um governo petista, disse ter consciência de que a atuação como eventual vice tem seus limites. "Já fui vice-governador e governador. Sei os limites da competência da responsabilidade e da tarefa [de ser vice]". •

Ricardo Stuckert



EX-PRESIDENTE RENOVA CRÍTICAS À POLÍTICA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Lula anuncia que, se voltar ao governo, vai "abrasileirar" as tarifas de gasolina, gás e diesel. Ele diz que preço atual é demonstração de irresponsabilidade e Bolsonaro não governa

O Brasil precisa voltar a ter compromisso com o povo brasileiro quando se trata de política de energia. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a fazer pesadas críticas ao governo Bolsonaro por conta da alta dos preços dos combustíveis, imposta pela diretoria da Petrobrás. Ele voltou a garantir que, caso o PT volte a governar o país, vai "abrasileirar os preços da Petrobrás".

Isso significa a suspensão da política de paridade de preços praticada pela Petrobrás com o mercado internacional. O país voltará a ter valores em real da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. "O preço atual do combustível é a demonstração mais inequívoca de irresponsabilidade", afirmou Lula.

Ele lembrou que o Brasil consegue produzir todo o petróleo de que precisa, e só não abastece o mercado interno com gasolina e derivados porque o governo Bolsonaro paralisou a construção

de refinarias e colocou à venda metade do parque de refino que pertencia à Petrobrás.

"O Brasil hoje não consegue refinar toda a gasolina que nós precisamos porque o governo parou as refinarias", criticou. "Também destruiu a BR Distribuidora e, por conta disso, tem 392 empresas importando gasolina dos Estados Unidos. Importando em dólar e precificando em dólar para nós". "Eles (os defensores da privatização) diziam 'ah, não, se tiver mais empresas, vai ter mais competitividade e o preço vai ser mais barato'. Cadê o preço mais barato?", questionou.

Depois do golpe de 2016, toda a política adotada na Petrobrás sabotou a soberania brasileira, denunciou o ex-presidente. "Quando estávamos no governo, a gente estabelecia que a Petrobrás, para fazer sonda e plataforma, tinha que ter 65% de componentes nacionais, porque queríamos uma indústria nacional, para ter um país mais forte." •



SEMIPRESIDENCIALISMO É GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

É um anacronismo suscitar a reforma de governo. A proposta tenta evitar a reconstrução do Brasil e as profundas transformações que um eventual governo Lula vai trazer

A criação de um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados para estudar a



adoção do semipresidencialismo é mais um golpe das elites para manter seus interesses e privilégios. Trata-se de uma articulação contra a democracia e a soberania popular expressada pelo voto num momento em que todas as pesquisas indicam que o favorito para as eleições presidenciais é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Criada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PL-AL), a comissão vai debater a Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Em resumo, trata-se de garantir a eleição, pelo Congresso, de um primeiro-ministro, mantendo o presidente da República com papel figurativo.

Na prática, a mudança roubaria do eleitor o direito de escolher quem vai governá-lo. Esse poder seria transferido de 150 milhões de eleitores para 594 congressistas. Mas o povo brasileiro já disse não a esse modelo em duas ocasiões, de forma plebiscitária, em 1963 e 1993.

Depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, militares golpistas articularam veto à posse do vice João Goulart e instituiu-se o parlamentarismo. Esse sistema levou o Brasil a uma profunda instabilidade econômica e política. Em janeiro de 1963, 76% dos brasileiros votaram pela volta do sistema presidencialista.

Em 1993, um novo plebiscito foi realizado por decisão da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. E, novamente, os brasileiros se decidiram pelo presi-

dencialismo com mais que o dobro dos votos parlamentaristas.

Esses dois exemplos históricos nos ensinam que a população brasileira rechaça o parlamentarismo ou qualquer arremedo de modelo que esvazie os

poderes do presidente da República. Os dois episódios devem ser lembrados agora em que se engendra a trapaça do semipresidencialismo.

É preciso frisar que não é simples coincidência a criação do grupo de trabalho quando todas as pesquisas de opinião apontam para a vitória de Lula nas eleições de 2022. Não há como dissociar os fatos. A tal comissão conta com a participação de um jurista que foi apoiador de primeira hora da ditadura militar e do ex-presidente Michel Temer, que sabidamente conhece os atalhos para assumir o poder sem votos.

Quem defende o abominável semipresidencialismo tenta argumentar que o sistema de governo

funciona bem em vários países europeus. Mas lá há longa tradição parlamentarista, diferentemente do Brasil, e assim mesmo as democracias europeias não estão blindadas a crises políticas.

Para evitar problemas, a França implementou reforma política em que estão previstas eleições parlamentares só depois das eleições presidenciais, para que o eleito possa influir na composição de sua futura base parlamentar, numa tentativa de evitar turbulências no exercício do mandato.

Detalhe importante: o semipresidencialismo, assim como o parlamentarismo, demanda acordos entre os partidos em torno de um programa. No Brasil, há descomunal fragmentação partidária, há legendas formadas por conveniências e com base em personalismos, portanto, haveria sempre o espectro da divisão. É quase impossível manter a maioria parlamentar coesa. Isso joga o primeiro-ministro na turbulência de sistema partidário desagregador. O prejuízo seria para toda a sociedade brasileira.

É um anacronismo suscitar o tema. Semipresidencialismo visa é combater a reconstrução do Brasil e as profundas transformações que um eventual governo Lula trará, com um projeto de desenvolvimento econômico, ambiental e social que favoreça a sociedade brasileira.

Os golpistas argumentam que a regra valeria só a partir de 2030. Então, porque tratar do tema nesse momento, às vésperas das eleições presidenciais? É preciso abortar o projeto golpista. Qualquer alteração do sistema de governo deve ser cancelada pelo povo, via plebiscito. Do contrário, é golpe. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

**NÃO É SIMPLES
COINCIDÊNCIA A
IDEIA DA MUDANÇA
NO REGIME
DE GOVERNO
QUANDO TODAS
AS PESQUISAS DE
OPINIÃO APONTAM
A VITÓRIA DE LULA**



Adobe Stock

Novos levantamentos ajudam a compreender a camada da população que não está polarizada. Quaest aponta que 34% daqueles que dizem que não gostariam que nem Lula nem Bolsonaro vencessem as eleições, votariam no petista

Matheus Tancredo Toledo

Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre as pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos de pesquisa. Os novos levantamentos ajudam a compreender a camada da população que não está polarizada, isto é, ainda não optou por Lula (PT) ou Bolsonaro (PL) nos cenários de intenção de

voto. Temos enfatizado a necessidade de compreender tal segmento, consideravelmente numeroso e que tem sido foco da agenda de pesquisas e estudos do Noppe.

A nova pesquisa BTG Pactual/FSB Pesquisa, realizada por meio de entrevistas telefônicas entre 18 e 20 de março, aponta que um total de 11% da população não votaria em Lula nem em Bolsonaro. Outros 9% não rejeitam nenhum dos dois candidatos. O instituto chegou a tais dados cruzando as respostas de outra per-

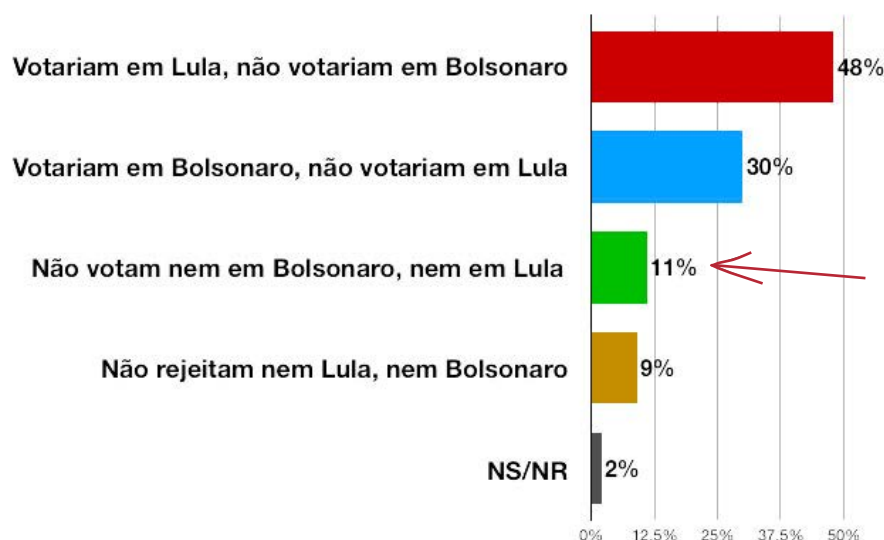
gunta, que mensurou a rejeição dos candidatos.

O dado contribui para a discussão que temos feito em relação ao segmento não polarizado da população, e nos permite cogitar que tal posicionamento talvez não se dê somente mediante rejeição de ambos os candidatos. Já uma parcela da população que ainda não decidiu o voto por não ter rejeição a Lula e Bolsonaro.

A pesquisa Quaest, realizada entre 10 e 13 de março em parceria com a Genial Investi-

Quem rejeita Lula e Bolsonaro

Pesquisa BTG Pactual/FSB, realizada entre 18 e 20 de março



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

mentos, tem demonstrado que, desde novembro de 2021, o segmento que gostaria que “nem Lula, nem Bolsonaro” vencessem as eleições de 2022 se encontra num patamar de 25% da população. Há variações pequenas dentro da margem de erro. A mais recente pesquisa Vox Populi, de janeiro de 2022, aponta que 32% da população tem sentimento indiferente em relação ao Partido dos Trabalhadores – não tem rejeição ou simpatia pelo PT.

Considerando as diferentes formas que os institutos de pesquisa têm buscado para entender essa parcela da população, estamos falando de um total que varia de 21% a 32% – entre 1/5 a 1/3 do eleitorado. Tais números representam, considerando o eleitorado apto a votar no último pleito – eleições municipais de 2020 –, algo entre 31 milhões a 47 milhões de pessoas.

Tanto o levantamento da FSB quanto o da Quaest tentaram mensurar a possibilidade de eleitores praticarem o chamado “voto útil” logo no primeiro turno, em favor de Lula ou de Bolsonaro. Segundo a Quaest, 34%

daqueles que dizem preferir que nem Lula, nem Bolsonaro vençam as eleições, votariam no ex-presidente para encerrar o pleito logo no primeiro turno em favor da vitória do petista. Em comparação, 23% estariam dispostos a votar em Bolsonaro para derrotar Lula. Segundo a FSB, 38% do eleitora-

**PESQUISA VOX
POPULI, DE JANEIRO,
APONTA QUE 32%
DA POPULAÇÃO
TÊM SENTIMENTO
INDIFERENTE EM
RELAÇÃO AO PT.
ELES PODEM
VOTAR EM LULA**

do mudaria o próprio voto para derrotar um candidato que não gostaria de ver eleito. E 23% mudariam o voto para derrotar Bolsonaro e 9% para derrotar Lula.

Os números demonstram que tal população é disputável eleitoralmente. Há possibilidade de diálogo com este segmento para, de um lado, possibilitar uma possível vitória em primeiro turno e, de outro, mobilizar parcela significativa deste eleitorado para derrotar o atual presidente. São dados que dialogam com o estudo do Noppe, no qual tentamos compreender mais sobre este segmento.

No estudo, apontamos que esta fatia do eleitorado não pode ser rotulado como progressista ou conservador. Suas opiniões são formadas por experiências próprias, sendo possível que uma mesma pessoa seja progressista em relação a determinadas pautas e conservadora em relação a outras.

Detectamos uma tendência em reconhecer a desigualdade social brasileira como um grande marcador da vida cotidiana, de valorizar políticas públicas e a democracia. Demonstramos que há uma maior facilidade em dialogar sobre pautas como o casamento civil e adoção entre pessoas do mesmo sexo. E uma maior resistência a temas que dizem respeito aos corpos das mulheres, como a discussão sobre a regulamentação do aborto.

Os dados quantitativos trazidos pelos institutos, em conjunto com a agenda de estudos e pesquisas que o Noppe tem trabalhado, apontam que, além de ser necessário disputar política e eleitoralmente a população não polarizada, tal diálogo é possível. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

A ESQUERDA PRECISA DE ESTRATÉGIA DIGITAL



Enquanto Bolsonaro recebe pessoalmente blogueiras que têm 200 mil seguidores nas redes sociais, a esquerda ainda não marcou um encontro entre Lula e a cantora Pablllo Vittar

Cesar Calejon

Ca minha caminhada para a reta final da sua trágica gestão, o bolsonarismo segue a mesma linha discursiva que foi adotada por todos os seus membros parlamentares: a inépcia, a violência e a agressão.

Com o Brasil imerso em uma tempestade perfeita, resultado de múltiplas crises - econômica, sanitária, social e política - que afligem a Nação concomitantemente, e sem ter absolutamente nenhum resultado efetivo para demonstrar, o governo Bolsonaro aproxima-se do próximo pleito presidencial encurralado pela única opção que lhe resta: disseminar o ódio, os discursos de medo e as notícias falsas por meio das redes sociais.

Em 2018, essa estratégia provou-se extremamente eficaz. Apesar de vivermos um momento sociopolítico distinto quatro anos depois, o bolsonarismo deverá utilizar enfaticamente esse mesmo método, sobretudo, ao longo dos próximos meses.

Segundo o ensaísta Walter Benjamin, os fascistas, durante a década de 1930, estetizaram a política. Ou seja, tornaram a política o campo do afeto. Na prática, quase um século depois e na impossibilidade de melhorar as condições de vida da população brasileira, que hoje paga mais de R\$ 120 no botijão de gás e R\$ 8 no litro da gasolina, o bolsonarismo aposta as suas úl-



timas fichas em criar polêmicas estéreis via pautas morais, abordando temas correlatos à pedofilia, aos valores do que se classifica como "a família tradicional brasileira", à religião e assim por diante.

Para entender essa dinâmica de funcionamento do bolsonarismo é imprescindível avaliar o que o professor João Cezar de Castro Rocha convencionou chamar de os "microempreendedores ideológicos" e a "mídiosfera bolsonarista".

Via de regra, mas não invariavelmente, são figuras relativamente jovens e extremamente agressivas, que, a despeito da superficialidade das suas análises, mobilizam grandes volumes de seguidores nas redes sociais e utilizam abordagens maniqueístas para abordar as questões sociopolíticas de forma a mexer com os afetos dos brasileiros e gerar grande adesão por meio das redes sociais.

Invariavelmente, são análises rasas e binárias, que não consideram os valores dialéticos, complexos e contraditórios das questões humanas e apelam às camadas mais elitistas, racistas, misóginas, dogmáticas e limítrofes da população nacional.

Vale tudo pela audiência, pelas curtidas e pelos comentários dos seguidores. São retóricas prêt-à-porter e internacionais do ódio. Seguindo as ideologias preconizadas por Steve Bannon e Olavo de Carvalho, figuras como Ben Shapiro (EUA), Gloria Álvarez (Guatemala), Axel Kaiser (Chile) e Javier Milei

(Argentina), por exemplo, avançam as mesmíssimas coisas que todos os bolsonaristas.

Cientes deste processo, os principais membros do bolsonarismo utilizam os seus respectivos capitais políticos para impulsionar, ativa e periodicamente, os seus microempreendedores digitais que possuem ressonância nas redes sociais. Algo que a esquerda e o campo progressista, de forma mais ampla, simplesmente não fazem de maneira sistemática.

Por exemplo: enquanto Jair Bolsonaro recebe pessoalmente blogueiras que possuem menos de 200 mil seguidores nas redes sociais e as promove contundentemente, a esquerda ainda não marcou um encontro entre Lula e a cantora Pablllo Vittar, que declarou, categoricamente, que o ex-presidente mudou a sua vida e espera cantar na cerimônia de posse do petista à chefia do Poder Executivo em 2023. Vittar tem mais de 12 milhões de seguidores somente em uma única rede social.

Nesse sentido, a esquerda e o campo democrático precisam de uma estratégia sólida de atuação na seara digital, que reúna e apresente a materialidade histórica de quando os brasileiros pagavam R\$ 40 pelo botijão de gás e R\$ 3,50 pelo litro da gasolina, para confrontar os impropérios bolsonaristas e evitar que eles sejam capazes de pauperizar a vida pública nacional com polêmicas inúteis e cortinas de fumaça. •

* Jornalista e escritor, é autor de "A ascensão do bolsonarismo no Brasil do Século XXI" e "Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia covid-19".



Arte: Olímpio

PL DO VENENO: UM RETROCESSO

É grave que o governo proponha a retirada dos órgãos da saúde e do meio ambiente do processo de regulação de agrotóxicos. No Brasil, um terço dos pesticidas utilizados inclui alguma substância proibida pela União Europeia

Rogério Carvalho

O PL do Veneno, que será analisado pelo Senado Federal, traz graves retrocessos no arcabouço regulatório de agrotóxicos, em um país que é o quarto maior produtor de grãos e o que mais consome esses produtos no mundo. O tema ganha maior relevância e complexidade em razão do avanço da política de Jair Bolsonaro para o setor. O governo é responsável, em apenas dois anos, pela liberação de 30% dos mais de 3 mil agrotóxicos comercializados no país.

É inegável a importância dos agrotóxicos no controle de pragas e doenças que atacam a lavoura, com consequente aumento da produtividade por área plantada. Mas, é justamente a capacidade desses produtos químicos de agirem sobre a atividade biológica dos seres vivos, que requer um olhar atento dos órgãos de saúde e do meio ambiente sobre o tema. Afinal, no caso dos agrotóxicos, a linha que separa os benefícios agronômicos e os riscos para a vida é muito tênue.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os agrotóxicos causam, em países em desenvolvimento, 70 mil intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbito por ano. Outros 7 milhões de casos de doenças agudas e crônicas não fatais estão relacionados a esses produtos. É ampla a literatura científica que associa agrotóxicos ao desenvolvimento de câncer, malformação e problemas no desenvolvimento das crianças, entre outros. E, no Brasil, um terço dos agrotóxicos utilizados inclui substância proibida pela União Europeia.



Por isso, o legislador assegurou uma atuação tripartite, envolvendo órgãos da agricultura, do meio ambiente e da saúde, na liberação de agrotóxicos. Esse trabalho conjunto procurou criar um colchão protetivo, em que um agrotóxico só poderá ser utilizado se comprovar eficácia agronômica, mas também se não destruir o meio ambiente, se for seguro para os trabalhadores rurais e não contaminar os alimentos ou deixar resíduos em quantidades tóxicas para os consumidores.

Nesse sentido, é grave que o PL do Veneno proponha a retirada dos órgãos da saúde e do meio ambiente do processo de regulação de agrotóxicos. É a Anvisa, por exemplo, que estabelece os equipamentos de proteção individual que devem ser utilizados pelos trabalhadores rurais na aplicação e no manejo de um agrotóxico e os limites

de uso. A retirada dos órgãos da saúde e do meio ambiente do processo de regulação de agrotóxicos é uma medida que coloca em risco a saúde pública e o meio ambiente. É a Anvisa, por exemplo, que estabelece os equipamentos de proteção individual que devem ser utilizados pelos trabalhadores rurais na aplicação e no manejo de um agrotóxico e os limites

O DESMONTE DO SISTEMA TRIPARTITE DE ANÁLISE É UM ERRO AO RELEGAR À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE O PAPEL DE MEROS ÓRGÃOS CONSULTIVOS

máximos de resíduos permitidos em alimentos. O Ibama realiza atividades como a verificação do uso de agrotóxicos em diversos ecossistemas e a classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental.

O desmonte do sistema tripartite de análise é um erro ao relegar à saúde e ao meio ambiente o papel secundário de meros órgãos consultivos do processo, ignorando os efeitos nocivos dos agrotóxicos à vida. É evidente que a centralização do processo apenas no Ministério da Agricultura envia o debate em favor exclusivo dos interesses do agronegócio e dos fabricantes de agrotóxicos, como aponta o temerário mecanismo de registro temporário, previsto no projeto de lei.

Outro ponto nevrálgico é o fim da proibição expressa de agrotóxicos com características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas. Merecem destaque negativo ainda a não obrigatoriedade de registro de agrotóxicos destinados à exportação e flagrante inconstitucionalidade de restringir da atuação normativa e fiscalizatória dos estados e municípios sobre esses produtos.

As flexibilizações propostas no PL do Veneno estão na contramão do mundo desenvolvido, que tem caminhado para uma agricultura sustentável e com tecnologia agregada, que permite menos uso de pesticidas. A experiência internacional nos mostra que é possível conciliar desenvolvimento agronômico com a preservação da saúde e do meio ambiente. O Brasil não pode ser refém de um agronegócio ultrapassado e predatório, que não tem compromisso com a preservação da vida e com as gerações futuras. •

Senador pelo PT de Sergipe, é médico e doutor em saúde coletiva pela Unicamp.



CÂMARA AMORDAÇADA, DEMOCRACIA EM XEQUE

Graças às manobras de Arthur Lira e do Centrão, as minorias estão sendo silenciadas. Na casa do convencimento político, onde o debate deveria ser o ponto central, agora se carimbam projetos de interesse do governo para demolir conquistas civilizatórias

O deputado Arthur Lira, o presidente Jair Bolsonaro e o Centrão vêm se aproveitando de um momento excepcional na vida do país - a tragédia sanitária da covid-19, que já ceifou mais de 658 mil vidas - para implantar um verdadeiro regime de exceção no Parlamento.

Esse golpe foi dado por meio de uma mudança intempestiva no regimento da Câmara, com a alteração de ritos e procedimentos que vinham garantindo, ao longo da história, os direitos das minorias, aqui e em qualquer parlamento democrático do mundo.

A reforma regimental, liderada pelo presidente da Câmara, com apoio do Centrão, transformou o diálogo livre e plural, fundamento

das democracias, num triste monólogo da maioria parlamentar, construída e alimentada com dinheiro público.

O novo Regimento, aprovado a toque de caixa, reduziu o tempo destinado à discussão das matérias em plenário. Minou-se, assim, o espaço para o debate, numa casa que se destina, paradoxalmente, ao confronto de projetos e de ideias por meio da fala, do ato de falar.

Esse novo regimento também esvaziou o sentido de outra fase central do processo legislativo: as orientações de bancada. Por até um minuto, cabe a cada líder a prerrogativa de comunicar ao plenário e orientar seus liderados acerca da posição oficial do partido na votação a seguir.

Como, nas regras antigas, essa era uma fase, necessariamente, anterior ao processo de votação, o tempo que se levava da primeira à última orientação permitia, muitas vezes, a influência de um líder sobre o outro, com impacto habitual no resultado das votações.

O novo regimento alterou essa dinâmica e passou a permitir que a fase das orientações ocorra paralelamente às votações. Com as votações virtuais, acessíveis pelo celular, tem sido comum que todos os deputados já tenham concluído seus votos nos primeiros cinco minutos, muito antes das orientações dos, hoje, 28 líderes constituídos na Câmara dos Deputados. Esvaziou-se não só o sentido lógico da fase de "orientação", mas também a possibilidade de

os líderes exercerem influência um sobre os outros, numa casa destinada ao convencimento.

Outro atentado grave foi o fim dos limites temporais para as sessões deliberativas, que poderão ser mantidas indefinidamente, segundo o arbítrio do presidente, até que a pauta desejada seja vencida. Com tal medida, o regimento sepulta ainda mais um sagrado direito das oposições, em qualquer plenário: o exercício à divergência.

Com o fim da duração regimental das sessões, que poderiam ter durações máximas de cinco ou seis horas, impossibilitou-se que a parte interessada em adiar a votação da matéria buscasse embarçar a realização de várias sessões sucessivas, uma seguida da outra. Isso porque, agora, só poderá haver uma sessão, pela duração que o presidente da Casa desejar. Sem se poder adiar uma votação, pelo fim do prazo de uma sessão, inviabiliza-se as divergências e açoda-se o aperfeiçoamento do debate no espaço em que ele deveria ser, por princípio, fomentado.

Trata-se de seríssima agressão às minorias, com evidente prejuízo a seu papel opositor, que tem mandato de parcela da soberania popular que, dessa maneira, acaba ficando sem a devida representação no Parlamento.

Rasgou-se um pacto que girava em torno do regimento da Câmara, que garantia o equilíbrio no funcionamento da casa. A onda despótica transformou a Câmara, onde o debate deveria ser o ponto central, em espaço para carimbar projetos de interesse do governo e demolir conquistas civilizatórias. E o golpe não para por aí.

Para um presidente que governa por medidas provisórias, é muito conveniente que o Congresso não instale as comissões mistas, instrumento constitucional e regimental para o debate e análise cuidadosa dos projetos. Tais comissões não vêm sendo instaladas

mesmo com o funcionamento atual das comissões permanentes e temporárias.

Sem justificativa plausível, as medidas provisórias na Câmara vêm sendo levadas à votação diretamente em plenário, sem a necessária discussão e deliberação em comissões mistas, conforme prevê o artigo 62, parágrafo 9º, da Constituição Federal de 1988.

O amplo debate em tais comissões, entre deputados e senadores, é essencial para o amadurecimento dos temas junto à sociedade brasileira,

ARTHUR LIRA ELIMINOU O ESPAÇO DO DEBATE E DO CONTRADITÓRIO, TRANSFORMANDO A APROVAÇÃO DE PROJETOS DO GOVERNO NUM RITO SUMÁRIO

sobretudo em relação a atos imbuídos de natureza urgente e relevante, como é típico das medidas provisórias.

Arthur Lira, ao fim e ao cabo, eliminou o principal espaço de discussão e do contraditório, transformando a aprovação dos projetos do governo, praticamente, num rito sumário. Ao mesmo tempo, também subverte a ordem cronológica de análise das medidas provisórias, pinçando ao seu bel prazer as matérias que entende relevantes, deixan-

do outras mais urgentes, mais relevantes e anteriores para trás.

Assim, o parlamento discutiu a privatização da Eletrobrás, mas deixou de votar o valor do auxílio emergencial. Em outras palavras, no novo rito, vota-se e aprova-se o que o governo quer e não o que o povo precisa.

Por outro lado, foi também implantado o "voto surpresa". A reunião do colégio de líderes, na qual se discutia previamente a pauta da semana, foi abolida. Exatamente ao contrário do que pregava Lira quando era candidato à Presidência da Câmara. Agora, as oposições vêm sendo surpreendidas por projetos e relatórios apresentados no dia da própria votação, sendo eliminada a possibilidade de quaisquer debates sérios e responsáveis, com a participação ativa da sociedade – o mínimo que se poderia esperar de um parlamento plural e democrático.

E o que dizer dos discursos de ódio? Das ameaças explícitas a deputados e deputadas? Das agressões físicas dentro do parlamento? São verdadeiras "milícias legislativas" em ação, que agem com a complacência e cumplicidade do presidente da Câmara.

Quando instado a se manifestar, Lira, cujo dever seria zelar, mais que qualquer deputado, pela manutenção da ética e decoro parlamentar, assustadoramente propõe que "os ofendidos procurem seus direitos". Direitos que ele mesmo elimina, mantendo engavetadas, em sua mesa, todas as representações contra seus aliados, dirigidas à Comissão de Ética da Câmara.

O grave é que alterações desse tipo se revestem de legalidade, se aplicam "nos termos da lei" e "com o apoio da ampla maioria consolidada". O golpe que agora amordaça a minoria, criando um verdadeiro regime de exceção na Câmara, coloca em xeque a democracia fundada no equilíbrio entre os Três Poderes. •



COMO O PT SALVOU O BRASIL: A DETERIORAÇÃO DO CENÁRIO EXTERNO

Os chamados analistas do mercado acusam Lula e Dilma de terem quebrado o país, mas desconsideram o cenário externo provocado pela crise de 2008-2009. Não mencionam, deliberadamente, os impactos da “maior crise do capitalismo desde 1929”

Eduardo Fagnani *
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***

Este é o décimo nono artigo da série organizada para oferecer fatos e números que desconstróem as mentiras que a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Aqui, sublinhamos um fato grave que, espertamente, tem sido desconsiderado por ‘analistas’: a deterioração do cenário internacional, ocorrida nos em 2008 e 2009, e seus impactos negativos sobre a economia.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade da narrativa de que o PT quebrou o país, apresentando indicadores econômicos. Mostramos que um dos grandes legados dos governos petistas foi reduzir a vulnerabilidade externa. A melhoria dos fundamentos macroeconômicos também é atestada pela queda constatada em vários indicadores: dívida pública, taxa de juros, despesas com juros como proporção da arrecadação

tributária e despesas com pessoal e encargos, como proporção do PIB.

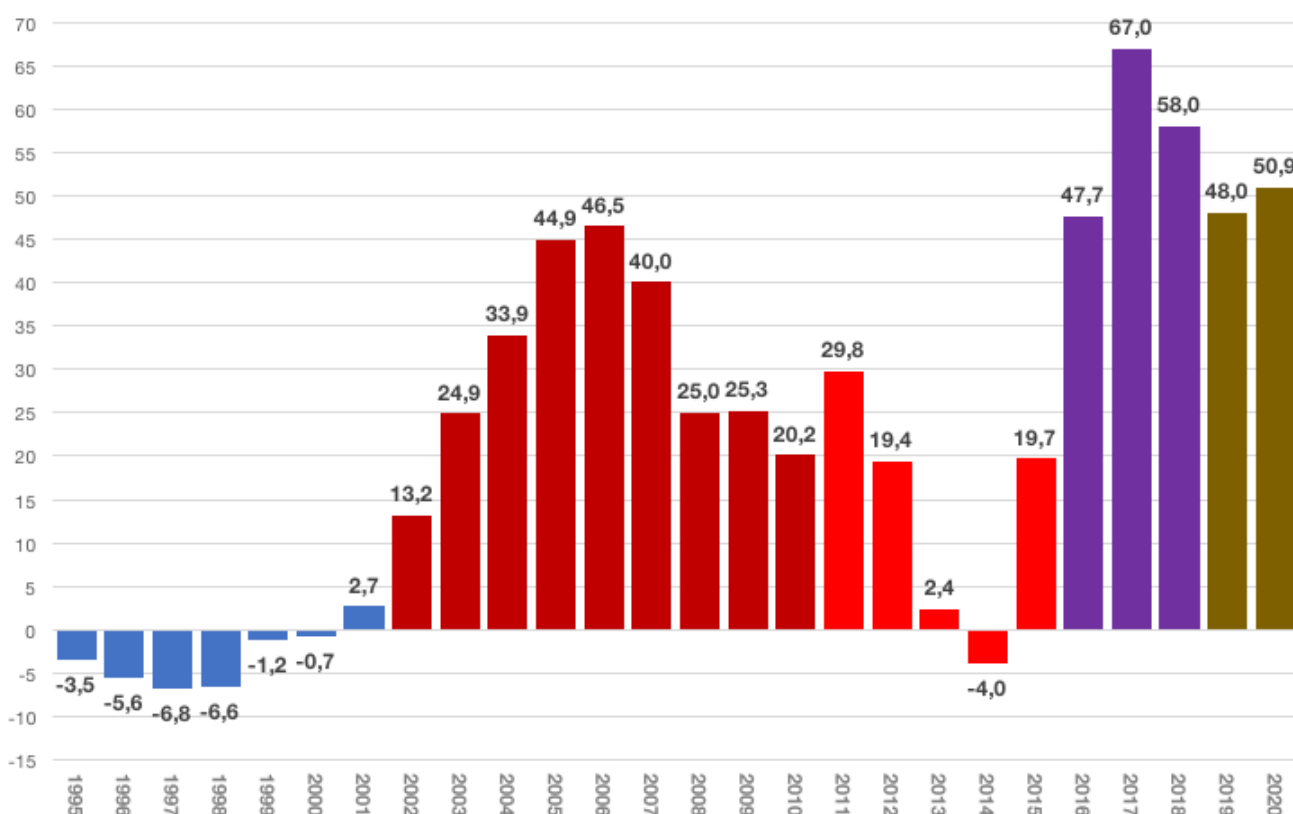
Houve expressiva geração de superávits primários, e o Brasil voltou a crescer, sobretudo pela expansão do investimento, do crédito fornecido pelos bancos públicos e do mercado interno de consumo assalariado, formado a partir de políticas de distribuição de renda e de expansão e formalização do emprego, que ampliaram a renda das famílias e as vendas no varejo. Também demonstramos que a taxa de inflação esteve sob estrito controle e preservou a tendência de queda, exceto em 2015.

Agora mostramos como os chamados economistas de mercado consideram que o crescimento econômico obtido nos governos petistas teria sido efeito exclusivamente do cenário internacional favorável. Deixam de lado – ‘desfocados’ – os acertos na condução da política econômica. Repetem a ladinha de que os governos Lula e Dilma teriam sido beneficiados pelo “boom de commodities”. Mas omitem, deliberada e malandramente, os impactos da



Saldo da balança comercial. Gráfico 1

Em bilhões de dólares. Período de 1995 a 2020



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

crise financeira internacional, considerada a “maior crise do capitalismo desde 1929”, sobre os governos do PT.

Como se sabe, a crise destruiu riqueza, paralisou o crédito e provocou contração da atividade em quase todo o globo. A narrativa liberal desconsidera os limites impostos à condução da política econômica na primeira metade da década passada, marcada pelo agravamento do cenário internacional, com a desaceleração da produção industrial da China, as dificuldades de recuperação das economias europeias e a redução da capacidade de importação de alguns de nossos principais parceiros comerciais na América Latina. Essa situação impactou negativamente os fluxos de comércio e de investimento e os preços internacionais das commodities e dos produtos manufaturados.

Por conta da crise financeira internacional, o saldo da balança comercial declinou de US\$ 46,5 bilhões (2006) para US\$ 2,4 bilhões (2013), voltando a ser negativo em 2014 (-US\$ 4 bilhões). O preço das exportações, que sobe continuamente entre 2002 e 2008, cai em 2009, recupera-se em 2010 e volta a declinar, significativamente, entre 2011 e 2016.

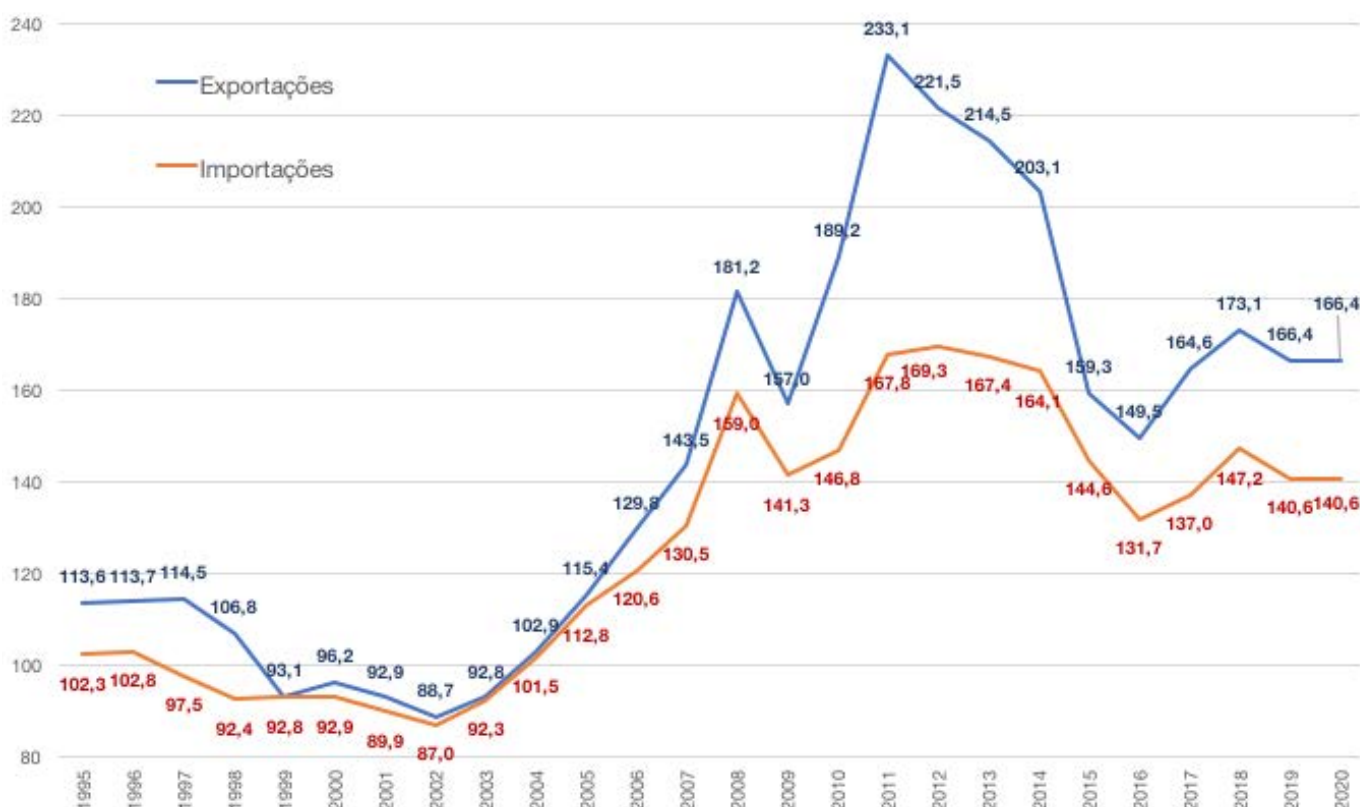
O saldo comercial do Brasil com os principais parceiros internacionais caiu de forma expressiva no governo Dilma Rousseff. A balança comercial com a União Europeia, positiva até 2011, foi reduzida sensivelmente em 2012 e passa a ser negativa entre 2013 e 2015. Com os EUA, a balança passou a ser negativa entre 2007 e 2015, sobretudo em função da mudança na postura americana, que deixou de ser a “compradora de última instância” do mundo e passou a tentar recuperar a própria base

produtiva. Com a China, o saldo também foi negativo em 2007 e 2008. E, entre 2011 e 2014, declina de US\$ 11,5 bilhões para US\$ 3,3 bilhões. Da mesma forma, o saldo comercial com a Argentina, outro importante parceiro comercial do Brasil, também declina a partir de 2011, na esteira das dificuldades econômicas dos países latino-americanos.

Os chamados economistas do mercado também não veem que as medidas anticíclicas adotadas para enfrentar a crise internacional foram acertadas. O Brasil saiu rapidamente da crise – o PIB cresceu 7,5% em 2010. A narrativa fake e oportunista não faz menção ao fato de que o ciclo de commodities começou antes dos governos do PT. E, mesmo assim, por três vezes, o Brasil teve de recorrer ao FMI e ao aumento da carga tributária – de 27,2% para 32% do PIB.

Evolução dos índices de preços das exportações. Gráfico 2

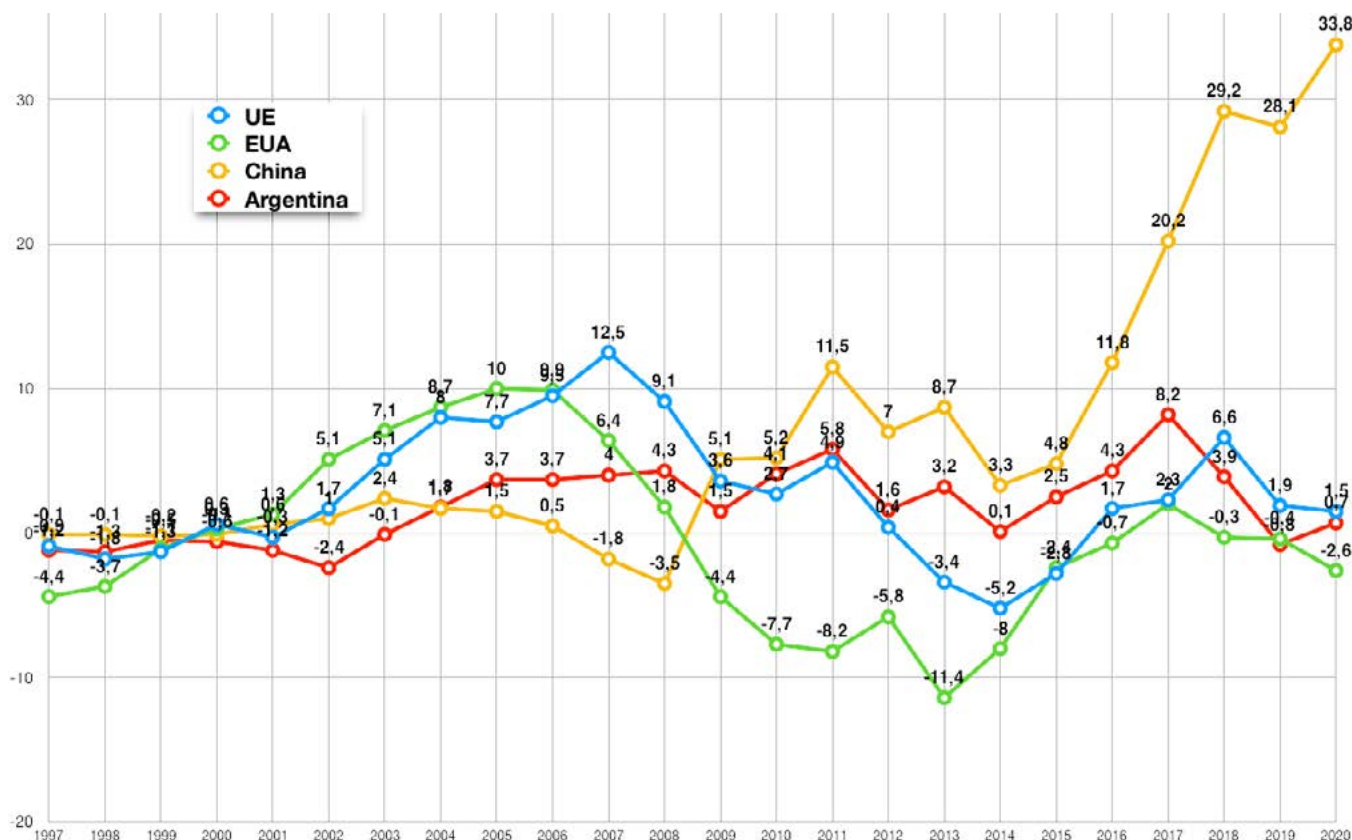
Ano Base 1994=100. Dados entre 1995 e 2020



Fonte: FUNCEX / IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Saldo comercial entre Brasil e outros países ou regiões. Gráfico 3

Em bilhões de dólares, com dados referentes aos anos de 1997 a 2020



Fontes: MDIC.

GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Durante o primeiro mandato de Dilma, as tentativas de retomar o crescimento, preservar o nível de emprego e renda da população, e elevar a competitividade das exportações – que incluíam, dentre outras medidas, a redução das taxas internas de juros, a correção da taxa de câmbio e o expressivo aumento das desonerações fiscais – não produziram os efeitos esperados.

E isso se traduziu, no final do período, na perda de dinamismo da economia. Entretanto, nas críticas oportunistas forjadas pelos comentaristas do mercado, a desaceleração da economia foi atribuída, exclusivamente, aos “erros da condução da política interna”, por conta da “Nova Matriz Econômica”.

É verdade que nos primeiros anos dos governos do PT, o Brasil atravessou um bom momento externo e nos valem dele para pagar a dívida externa. O país saiu

do FMI e passou a acumular reservas. Mas aquele movimento favorável do comércio internacional foi interrompido a partir de 2008 e 2009, com efeitos que perduraram até meados da década seguinte.

Seja como for, o crescimento econômico dos governos petistas não é efeito só de haver então setor externo favorável – por curto período. O crescimento que o Brasil conheceu com os governos do PT resultou, sobretudo, das políticas para gerar empregos e da distribuição de renda, medidas que ampliaram o mercado interno e o consumo das famílias, bem como o investimento que também teve um papel fundamental, sobretudo com o Programa de Aceleração do Crescimento. Portanto, além dos fatores externos, foi implantada uma política de ampliação do consumo de massas, de expansão do investimento produtivo e de aumento do investimento social.

Assim se vê que, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a “crise”, que teria sido gerada pelos governos do PT, teria sido, fundamentalmente, fruto da “irresponsabilidade fiscal”, como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. A desaceleração da economia foi influenciada, em grande medida, pela deterioração do cenário internacional ocorrida durante os governos petistas – fato, espertamente, sonogado por críticos mal-intencionados e oportunistas. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21.

Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

*** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)



27 de março de 1953

NASCE LUIZA HELENA DE BAIRROS

Natural de Porto Alegre (RS), Luiza Helena Bairros nasceu em 27 de março de 1953. Ela foi um dos principais nomes do Movimento Negro Unificado. Ministra da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, durante sua passagem por Brasília, foi responsável pela criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de implantar políticas públicas de promoção de igualdade racial e combate à discriminação. Luiza faleceu aos 63 anos, em 2016, vítima de um câncer no pulmão. "Sua obra permanece viva e continua sendo símbolo da luta contra o preconceito e em favor das melhores causas da vida política nacional", disse Dilma.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



31 de março de 1964

GOLPE DEPÕE JANGO DA PRESIDÊNCIA

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG), mandou sua tropa marchar em direção ao Rio de Janeiro (RJ), precipitando o golpe que vinha sendo articulado por generais, empresários e governadores de oposição ao governo do presidente João Goulart.

No dia seguinte, as tropas que partiram do Rio para garantir a ordem acabaram confraternizando com os rebeldes. O general golpista Arthur da Costa e Silva, então, declarou-se titular do Ministério da Guerra, sem encontrar resistência por parte da oficialidade leal ao governo.

A sede da União Nacional dos Estudantes, onde se tentava articular a resistência ao golpe, foi incendiada com a conivência da polícia do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Outras manifestações em defesa do governo foram reprimidas no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em outras capitais.

Em 2 de abril, sem apoio militar, Jango foi de Brasília para o Rio Grande do Sul. A oposição consumou o golpe no Congresso, declarando vaga a Presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o lugar de Jango, subordinando-se a uma junta militar. Passados dois dias, João Goulart exilou-se no Uruguai.

Ricardo Stuckert



25 de março de 2009

LULA LANÇA MINHA CASA MINHA VIDA

Com foco na construção de moradias populares subsidiadas pelo Estado, Lula lançou em 25 de março de 2009 o programa Minha Casa Minha Vida, que nasceu de uma articulação inédita entre o governo federal e movimentos de luta por moradia. No cenário econômico marcado pela crise internacional, a necessidade de aquecer o mercado se aliou à necessidade de reduzir o déficit habitacional – estimado em 5,99 milhões de domicílios em 2009.

O programa MCMV alcançou o objetivo de garantir moradia popular – especialmente a famílias de menor renda, uma vez que

80% do déficit se concentrava naquelas que ganhavam até R\$ 1.800 mensais. O programa ainda gerou emprego e permitiu crescimento econômico por meio da construção civil. O MCMV foi responsável pela criação de 1,7 milhão de empregos, dos quais 1,2 milhão diretos e 500 mil indiretos.

Dado o sucesso do programa, uma nova etapa do programa foi anunciada no último ano de Lula. Até o final do governo Dilma Rousseff seriam contratadas 4,2 milhões de casas e 2,7 milhões entregues, beneficiando cerca de 10 milhões de brasileiros e brasileiras em 96% dos municípios brasileiros.

Outras datas históricas

25/03/1922: Fundação do Partido Comunista do Brasil, posteriormente intitulado Partido Comunista Brasileiro (PCB).

30/03/1935: Aliança Nacional Libertadora, a frente ampla que une socialistas, comunistas, católicos e democratas, reúne no Rio de Janeiro 10 mil em ato contra o fascismo, o imperialismo e pelos direitos da cidadania. Luís Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da organização.

30/03/1948: Nasce Neusa Santos Souza, psicanalista, militante antirracista, que abordou os aspectos sociológicos e psicológicos da negritude.

26/03/1959: Nasce Gustavo Codas Friedmann, ex-diretor de Itaipu e colaborador da Fundação Perseu Abramo.

27/03/1982: Realizado em São Paulo o 2º Encontro Nacional do PT.

29/03/2010: Lula lança o Programa de Aceleração do Crescimento 2.

30 de março de 1982

NASCE A DEMOCRACIA CORINTHIANA

A eleição de Waldemar Pires à presidência do Corinthians, em 30 de março de 1982, abriu espaço para uma ousada experiência de gestão no futebol brasileiro: todas as decisões do clube passaram a ser tomadas pelo voto de jogadores, funcionários e comissão técnica.

A chamada Democracia Corinthiana deu resultados em campo e contribuiu para popularizar o movimento pelo fim da ditadura. Além do líder Sócrates, Wladimir, Casagrande, Biro-Biro, Zenon e outros tornaram-se porta-vozes da redemocratização. A palavra “democracia” estampava o uniforme do time. A partir de 1984, na esteira da derrota da Emenda Dante de Oliveira, o movimento começou a definhar.

Arquivo/Corinthians



FORA DO CIRCUITO

O Brasil reúne condições de produzir semicondutores em escala suficiente para diminuir sua dependência das importações e abrir caminho para desenvolver outros segmentos da indústria. Mas, com Bolsonaro e Guedes, agora não temos saída



Entre as variadas crises que o mundo atravessa, uma delas, apesar de se referir a um objeto pequenino, invisível na maioria do tempo, já faz sentir seus efeitos. A produção de semicondutores está abaixo da demanda. A crise já afeta o ritmo de fabricação e entrega de produtos de consumo, como automóveis. Mas a frustração do comprador do carro novo é o menor dos problemas.

Os semicondutores são tão indispensáveis à indústria contemporânea quanto já foram o carvão e o petróleo em outros tempos. Por isso, ocupa posição central em disputas comerciais entre países. E a capacidade de produzi-lo desempenha papel importante no desenvolvimento econômico das nações.

A agenda neoliberal traçada por Paulo Guedes no governo Bolsonaro, contudo, é incapaz de enxergar os erros que a realidade aponta. Os dois escolheram manter o Brasil na condição de inquilino menor do condomínio. Depois de abandonar a ideia de uma política industrial e de fomento à inovação tecnológica, o governo decidiu fechar o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), estatal de semicondutores criada em 2008.

Cobrado por empresários da indústria sobre a necessidade de o país ter uma estratégia para este segmento tecnológico, agora o ministro da Economia diz que pensa em diminuir impostos para estimular o setor. Mas escondeu da imprensa o projeto da Ceitec, que foi destruído pelo governo.

Sem o papel do Estado, a desoneração é insuficiente para reativar o setor. A opinião é do economista Uallace Moreira, professor da Faculdade de Eco-



À VENDA O governo Bolsonaro abandonou a política industrial de tecnologia de ponta e fechou a estatal de semicondutores, a Ceitec, em Porto Alegre (RS)

nomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que reside agora na Coreia do Sul, onde atua como professor da Universidade Nacional de Seul. Ele é taxativo: “Não existe nenhuma empresa de semicondutores no mundo que tenha sido criada e consolidada sem apoio do Estado”. E cita os exemplos dos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan e Europa. “Em todas essas nações, o Estado ajudou”.

E a ajuda do Estado não se restringe à redução de impostos. Ele assegura que foi preciso alocar investimentos públicos e apresentar projetos de médio e longo prazo para estimular a atuação de desenvolvedores e fabricantes. Para Uallace, a questão nem é o Brasil querer se tornar protagonista internacional. Mas reduzir a dependência das importações.

Na balança comercial de eletroeletrônicos, os semicondutores respondem por 17% do déficit brasileiro. O país pode superar essa condição, por intermédio de um processo que deve ter início na retomada da política industrial específica. E, em fase posterior, na atração de grandes empresas, por intermédio de joint ventures. Tais parcerias, em que o fabricante se compromete a transferir tecnologia para o Brasil, são

fundamentais. Foi o que fizeram a China e outros países, como Taiwan e Coreia do Sul.

A legislação já existe, lembra o professor. Mas precisaria ser reformulada e colocada em prática num eventual governo desenvolvimentista. “Se o Bolsonaro permanecer, não teremos chance, o desmonte continuará”, alerta.

Nessa retomada, o Ceitec, hoje esvaziado, mas ainda não vendido, pode e deve ter papel importante. É a opinião do professor José Alexandre Diniz, do Centro de Componentes Semicondutores, da Unicamp. “Essa experiência deveria, inclusive, ser estendida para outros centros regionais, como São Paulo”, recomenda.

O Ceitec está capacitado a desenvolver e produzir semicondutores para aplicações em setores públicos, como o SUS e a emissão de passaportes. Mas também para a indústria automobilística. E pode ir além. “Essa estatal está pronta a atuar no *front end*”, avalia Uallace, referindo-se ao mais aprimorado estágio de aplicação de semicondutores.

Para Diniz, professor que atua na formação de doutores na área e habituado a supervisionar a elaboração de novos projetos, a estratégia de desenvolvimento nacional para o setor deve-

CEITEC FOI CRIADA POR LULA EM 2008

Em junho do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro determinou a extinção do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). A estatal foi fundada em 2008 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua sede está em Porto Alegre.

Vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, a Ceitec é conhecida como “estatal do chip boi”, por ter desenvolvido o chip para rastreabilidade bovina. É a única empresa da América Latina que fabrica completamente chips com silício, cobrindo toda a escala de produção. Sob Bolsonaro, a estatal foi entregue ao General Abílio Eustáquio de Andrade Neto.

A recomendação pela extinção foi formalizada pelo conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sob a alegação de que, apesar de aportes de R\$ 800 milhões em duas décadas, a estatal ainda depende de injeções anuais de pelo menos R\$ 50 milhões para cobrir a diferença entre receitas e despesas.

Números do próprio PPI projetam, no entanto, que essa diferença deixará de existir até 2028, mesmo no cenário mais pessimista. E essa trajetória poderia ser acelerada para um balanço positivo na metade do tempo estimado, segundo os trabalhadores da Ceitec. Eles levaram ao governo federal um plano para manter a estatal de tecnologia funcionando, com cortes de custos e perspectivas comerciais já em curso.

Em Porto Alegre, a Ceitec fabrica ainda etiquetas eletrônicas e sensores utilizados em meios de pagamento eletrônico como cartões ou pedágios. •

ESTRATÉGICO Uallace Moreira lembra que em nenhum país do mundo, a indústria de semicondutores cresceu sem a participação do Estado

ria incluir apoio e parcerias com *startups*, onde costumam surgir inovações transformadoras. “Não precisamos de uma Intel para gerar certos produtos. O desenvolvimento se dá nas *startups*, essa é a ideia que deveria acontecer aqui”, aposta. “Há quem diga que produzir semicondutores é coisa para país rico, mas o Brasil pode fazer”. Diniz conta que o laboratório da Unicamp desenvolve protótipos, mas hoje não tem com quem produzir.

Uallace lembra que o setor de alta tecnologia, por exigir muita pesquisa e desenvolvimento, embute mais riscos nos investimentos. Além disso, tem um prazo de maturação de projetos em torno de 20 anos. “Por isso o Estado precisa aportar recursos e firmar parcerias”, explica.

O Brasil imaginado por Guedes e Bolsonaro está fora do circuito porque ainda vê o mundo como uma grande feira livre sem fronteiras. Enquanto isso, ganha cada vez mais força a tendência de comércio intrarregional no restante do mundo industrializado.

Dados da OCDE mostram que 70% do comércio exterior dos países europeus se dá entre eles mesmos. Na Ásia, 67% das trocas são feitas na própria região. As

cadeias produtivas internas voltaram a ser prioritárias, especialmente após as crises de 2008 e da covid-19. Os Estados Unidos também sabem disso: parte significativa dos subsídios do Plano Biden está reservada a empresas estadunidenses. Para semicondutores, reservaram US\$ 52 bilhões.

Por aqui, ainda dá tempo. A estratégia para a indústria, fortalecida nos governos do PT a partir da criação, em março de 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, (PITCE), precisa ser retomada. Sobre o processo de elaboração dessa política, o professor Diniz recorda: “Foi a primeira vez que eu vi o Ministério da Economia vir conversar conosco, ouvir nossas propostas”, lembra.

Outra medida necessária é o fortalecimento do mercado interno, hoje sufocado. Isso voltaria a atrair grandes empresas do setor, de olho no potencial interno. Segmentos econômicos em que o país é promissor, como agrogêncio e saúde, também são potenciais clientes. A seu favor, o Brasil tem ainda as fontes de energia renovável como atrativos para o desenvolvimento de projetos de alta tecnologia, lembra o professor da UFBA. •



LÍDER GUERREIRO O chefe Kayapó Raoni Metuktire, sábio ancião que vive no Sul do Pará e é recebido no mundo todo

TRIBUTO AOS POVOS INDÍGENAS

Fotógrafo premiado, Ricardo Stuckert lança uma monumental obra que captura a vida de indígenas de 10 etnias brasileiras. Alguns retratos são os mais belos registrados nos últimos 100 anos

Olímpio Cruz Neto

Um dos grandes repórteres fotográficos do país, com passagem por alguns dos mais importantes veículos da imprensa nacional, Ricardo Stuckert é conhecido no Brasil e internacionalmente como o fotógrafo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diretor de fotografia do longa "Democracia em vertigem", dirigido por Petra Costa e que concorreu ao Oscar, o talentoso jornalista lança agora um ensaio impressionante sobre dez etnias indígenas brasileiras.

"Povos Originários. Guerreiros do tempo", publicado pela Editora Tordesilhas, está à venda em

todas as livrarias do país e é uma obra-prima. É fruto de um trabalho exaustivo de investigação e convivência entre diversos grupos indígenas do país, retratados com um respeito reverente e o olhar de um artista atento e encantado pelos povos originários brasileiros. É uma declaração de amor aos indígenas, alvos de ataques dos

homens brancos desde os tempos do descobrimento e alvos do governo Bolsonaro desde a ascensão do ex-capitão à Presidência da República em 2019.

Ricardo começou a fotografar os índios ainda nos anos 90, quando passou a fazer suas primeiras incursões em aldeias espalhadas pelo país. Quando fez





O TEMPO E A BELEZA Penha Góes, retratada por Ricardo Stuckert em dois momentos: aos 22 e aos 39 anos de idade

sua primeira viagem à Amazônia, em 1997, o fotógrafo lembra que ficou a imagem de uma mulher gravada na memória. Então trabalhando como fotógrafo de “Veja”, Ricardo captou o registro de uma linda jovem indígena Yanomami, Penha Góes.

Quase 20 anos depois, quando voltou à aldeia para fotografá-la outra vez, decidiu assumir a missão de registrar de forma mais ampla a vida dos indígenas brasileiros - uma maneira de prestar-lhes um tributo e ao mesmo tempo torná-los mais conhecidos ao redor do país e do mundo.

O livro traz imagens de beleza impressionantes, com o registro amoroso da alma de mulheres, homens e crianças indígenas. Todas têm forte apelo e impacto imagético. Desde a mãe que amamenta o filho às crianças que brincam no rio ou o velho cacique Raoni Metuktire de arco e flecha em punho.

O livro é dividido em capítulos que retratam 10 etnias: Yanomami, Ashaninka, Yawanawá, Kalapalo, Kayapó, Pataxó, Kaxinawá, Xukuru-Kariri, Korubo e alguns povos isolados. “A fotografia é minha forma de vida, é a maneira como eu vejo o mundo”, diz. E Ele diz que o livro é a sua visão de homens e mulheres que estão na linha de frente da preservação de recursos naturais de importância para a vida do planeta.

Um dos registros mais impressionantes foi feito em 2016, quando Ricardo sobrevoava a mata em uma região do Acre. Do alto do helicóptero, ele avistou um grupo de índios, quando viajava com o indigenista José Meireles, que tentava

retornar à cidade após abor-tar uma viagem de entrega de mantimentos a uma comunidade de índios isolados.

Por sorte, Ricardo tinha em mãos duas lentes potentes – uma de 400mm e outra de 500mm. O sobrevoo foi rápido, mas ele teve tempo de focar o chão e ser surpreendido por um

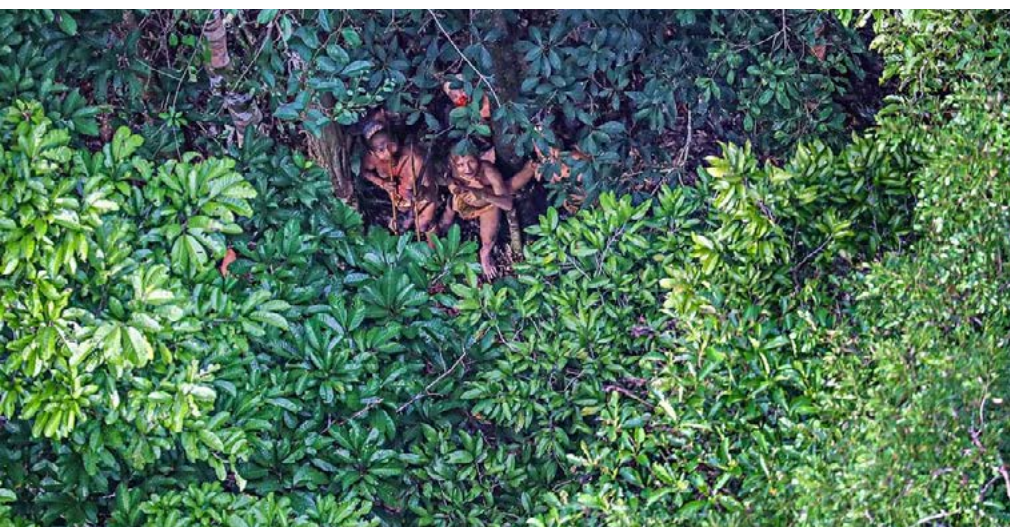
grupo de índios que, segundo Meireles, nunca haviam feito contato com o homem. “Eu fiquei muito emocionado”, lembra. O resultado é uma das fotos mais belas do livro.



Para cada das fotos de Ricardo Stuckert de uma

das etnias retratadas, há um texto de um antropólogo escolhido pelas próprias lideranças indígenas para falar sobre a história de seu povo. “Não é um livro só de fotografias”, avisa Ricardo. “É um livro em que as pessoas vão entender que é a história deles. Isso engrandeceu muito o projeto”.

“Povos originários, guerreiros do tempo”, editado pela Tordesilhas, tem 280 páginas, em capa dura, e pode ser adquirido no site da editora por R\$ 269,10. Ou pela [Amazon](#). •





TEMPOS SOMBRIOS, VOZES CALADAS

Livro-reportagem conta as histórias das canções brasileiras censuradas no país depois do AI-5, o ato de exceção que instaurou os anos de terror depois do Golpe Militar de 1964

Bia Abramo

Gilberto Gil e Chico Buarque, já no palco, começam a cantar uma música nova, uma parceria inédita. Os dois, no banquinho, com violão, estão no palco do Palácio de Convenções Anhembi, São Paulo em um show que se chamou Phono '73. O evento anunciava a mudança do selo Phillips, que detinha quase todos os grandes e consagrados nomes da MPB e lançava nomes da nova geração, para a PolyGram. O espetáculo tinha artistas de peso, como Vinícius de Moraes, aos recém contratados Sérgio Sampaio e Raul Seixas.

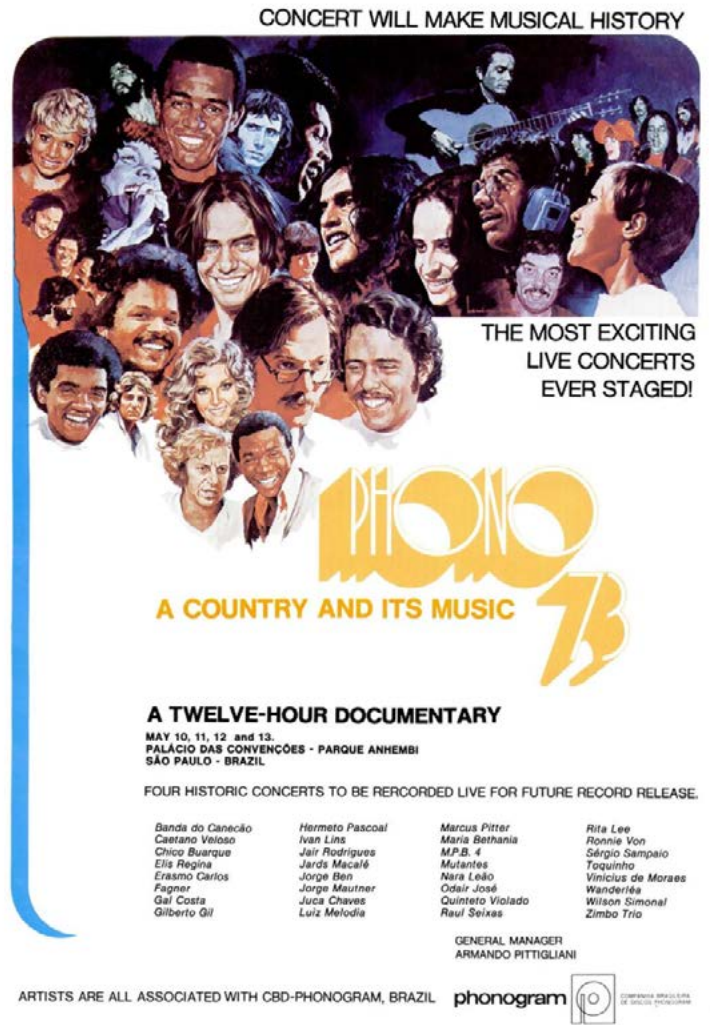
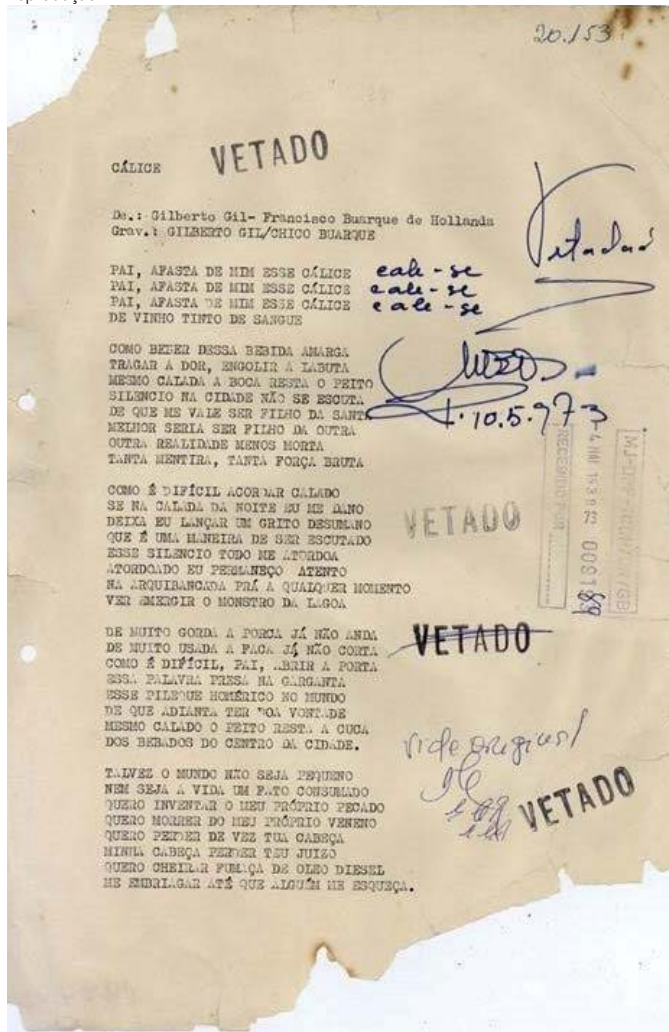
Na hora que Gil e Chico come-

çam a tocar a melodia e o refrão da canção "Cale-se", cuja letra, sabiam eles, havia sido vetada pela Censura Federal, cortaram o som do microfone de Chico. Ele se irrita, dá uma reclamada ao vivo e, depois, acaba abandonando o palco. Se hoje podemos ver essa cena quantas vezes quisermos nas redes sociais, é por que os artistas e a sociedade civil resistiram contra as arbitrariedades dos censores, a quem foi dado o poder de vetar, cortar ou proibir obras de arte e eventos culturais de toda a sorte durante a ditadura militar.

O jornalista João Pimentel e o escritor Zé McGill entretecem histórias como essa e tantas outras de quando a música brasileira se

viu tolhida e constrangida pelo poder do Estado. Está no livro "Mordaza - Histórias de música e censura nos tempos autoritários", lançado pela Sonora Editora 2021. Eles contam como os artistas eram obrigados a obedecer os critérios nem sempre muito claros do que podia ser dito ou não em letras de músicas, depois do chamado golpe dentro do golpe: a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Quando os militares tomaram o poder em 31 de março de 1964, já havia um órgão censor. Ele zelava pela moral e os bons costumes de shows, peças de teatro e filmes etc. Chamava-se Serviço de Censura de Diversões Públicas, estabelecido ainda no



LIBERDADE DE EXPRESSÃO Acima, à esquerda, o fac-símile da letra de "Cálice", parceria de Chico Buarque e Gilberto Gil, vetada pela Censura Federal. A canção foi apresentada no festival Phono '73, realizado no Anhembi com todo o cast da Philips. Ao lado, à direita, o cartaz do show, publicado na revista americana *Billboard*

governo Dutra (1946-1951). No entanto, é justo no pós-1964 que as artes e a cultura brasileiras experimentam uma fase de explosão criativa em quase todas as áreas. E foi exatamente por conta do fechamento do regime, da crescente politização e radicalização estética dos artistas.

Na música, o clima de torcida – ou de comício – dos festivais da canção nas emissoras de televisão, sobretudo os da Record em São Paulo, acirrava o clima de confronto e de rebeldia aberta aos militares. Some-se a isso o efeito dos movimentos internacionais da contracultura, que tiveram seus ecos aqui e influenciaram os comportamentos em relação à liberdade sexual das mulheres, às drogas e à identificação com movimentos pacifistas

contra a Guerra do Vietnã e pelos direitos civis nos EUA.

Ou seja, à crítica política, em atos ou maneiras de se expressar, os movimentos sociais ligados à juventude mesclavam a crítica política ao inconformismo com a volta da "ceticidade" e a vitória daqueles que haviam, lá em março de 1964, marchado por "Deus, família e propriedade privada" e contra "o perigo comunista".

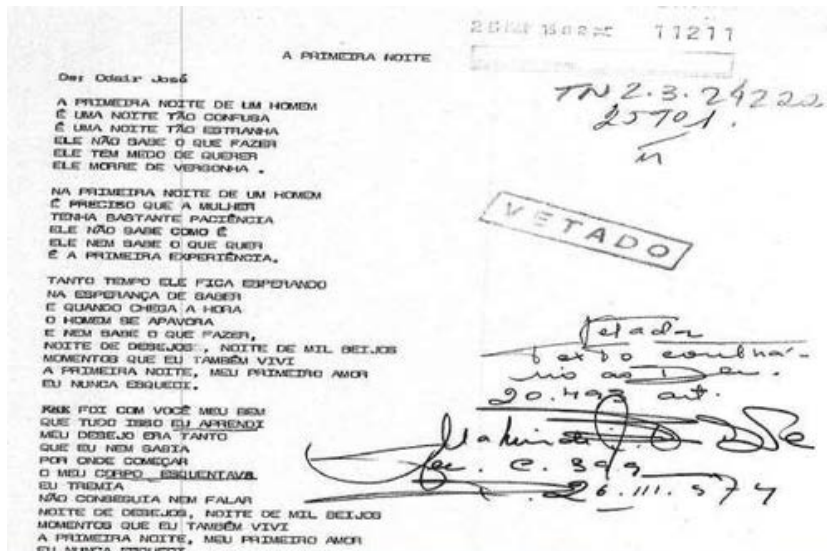
Em outras palavras, moças de minissaia, rapazes de barba e cabelos compridos, a agitação contestatória da esquerda ou quaisquer críticas ao regime eram considerados "perigosos" para a ordem & progresso preconizada pelos generais.

Depois de sufocados os movimentos políticos que fizeram a escolha pela luta armada, en-

tre 1968 e 1972, em um período muito duro da repressão, com seu rosário de prisões, tortura, assassinatos e desaparecimentos, a Censura, paradoxalmente, recrudescera.

Organizou-se melhor, inclusive recrutando profissionais mais aptos para ler nas entrelinhas e interpretar metáforas e, assim, consolidou seu projeto de controle sobre o imaginário. Ou seja, não bastavam a punição e a vigilância para que o clima de "baderna" se reinstalasse. Era necessário prevenir que aquelas ideias, comportamentos e atitudes exóticas voltassem a contaminar o país.

Com fartíssima documentação e mais de 30 entrevistas, Pimentel e McGill conseguem traçar as idas e vindas dos humores dos censores, os malabarismos que



NINGUÉM ESCAPA O cantor Odair José teve canções censuradas pela ditadura militar, como "A primeira noite", vetada por afrontar a moral e os bons costumes. Ele já havia sido censurado em "Uma vida só", por criticar o anticoncepcional

os departamentos jurídicos das gravadoras tinham de inventar para poder continuar lançando os discos de artistas que, à época, além do prestígio, eram grandes vendedores de LPs e lotavam shows.

Com habilidade e texto fluido, ambos costuram a extensa pesquisa aos depoimentos de maneira que cada uma dos capítulos dá uma dimensão dos aborrecimentos, da sensação de derrota, mas também dos desvios criativos, argutos aos quais compositores e letristas recorriam para driblar, convencer, enganar ou afrontar os pareceres datilografados que vinham do DCP, o famigerado Departamento de Censura Pública, nome que a máquina de Censura assumiu em 1973.

Há dois elementos particularmente preciosos no livro "Mordaca". O primeiro é a farta documentação consultada e reproduzida em fac-símile que permite ao leitor "ver" com os próprios olhos as letras com anotações e sublinhados, os carimbos e argumentos.

O segundo é o fato de seus autores terem saído do senso comum e contado histórias de artistas tão díspares de estilo de letras como Paulinho da Viola e Evandro Mesquita ou como Jorge Mautner e Paulo Sérgio Pinhei-

ro. O que fazia determinada letra ser ou não censurada era sempre uma incógnita, um terreno pantanoso no qual um vocábulo corriqueiro ou um verso aparentemente simples era capaz de levantar as desconfianças dos perigos contidos nas palavras.

Odair José, por exemplo, teve censurada sua canção "A Primeira Noite de um Homem" (1974): "A primeira noite de um homem/ é uma noite tão confusa/ é uma noite tão estranha". Segundo o parecer emitido a partir de Brasília: "O autor descreve suas experiências de uma primeira noite de amor, expressando com detalhes as emoções por que passa e todo condicionamento físico experimentado (grifo meu)."

O cearense Odair José era então um dos campeões do que se chamava de "brega", de música que se tocava em rádio AM – havia uma clara distinção de classe social entre a programação de rádio AM para FM. Em seu disco anterior, a canção "Uma Vida Só" tinha sido vetada por conta do refrão, no qual o apaixonado pede que a amada pare de "tomar a pílula", indagando: "Por que ela não deixa nosso filho nascer?"

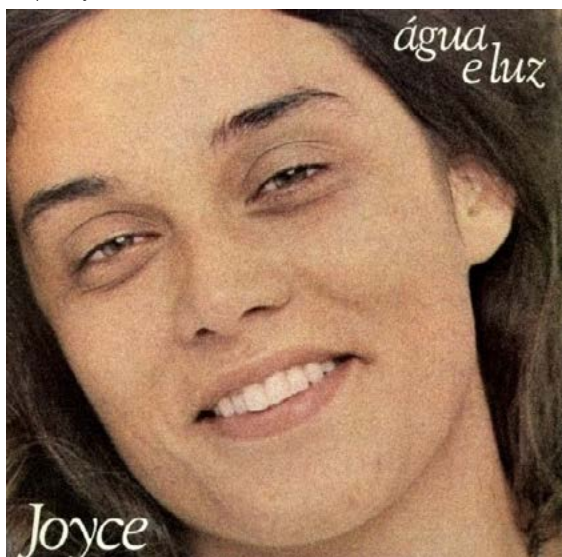
A moral das mulheres era objeto de muita preocupação por parte dos censores. Em 1981,



uma letra da cantora Joyce, "Eternamente Grávida" ("É bom viver eternamente grávida/De filhos, ideias, de sons/Em plena criação no meio de uma festa/Que é essa a função de dar à luz/Parir para mim é um prazer") causou espécie, apesar de o AI-5 ter sido revogado três anos antes.

"Dois trechos foram considerados inaceitáveis pela Censura", conta Pimentel. "O primeiro não era nem um trecho, mas uma palavra (grávida) por ser considerada 'imoral'. O outro era a frase "parir para mim é um prazer'." Ainda que em 1981 o Brasil tivesse um número conside-

Reprodução



GRÁVIDA, NÃO A cantora Joyce também foi alvo por tratar da própria gravidez em uma canção, em 1981



PASSADO IMEXÍVEL

João Bosco e Aldir Blanc também enfrentaram problemas com a Censura Federal ao apresentarem a canção "O mestre-sala dos mares", em homenagem ao herói da Revolta da Chibata, João Cândido, conhecido como Almirante Negro, torturado pelo governo brasileiro.

rável de mulheres no mercado de trabalho, e criando sozinhas os filhos, não se podia falar de forma tão – ah – crua sobre "os mistérios" femininos.

Se a dupla moral do machismo brasileiro, aquela que ainda viceja e separa as mulheres para casar das para transar, não podia ser desafiada, o que dizer das letras que registravam a debacle dos projetos da ditadura? Não parece ser uma coincidência que a Censura tenha sido muito mais ativa a partir de 1973, quando a crise do petróleo começa a ameaçar o 'milagre econômico' prometido pelos militares que, na versão deles, junto com o esmagamento da oposição, evitariam a "ameaça comunista".

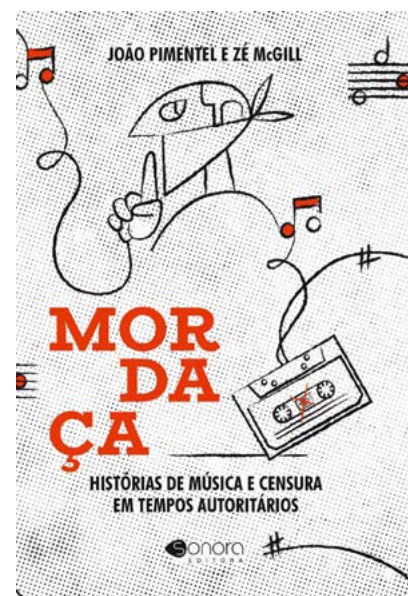
Quaisquer referências às mazelas do Brasil no presente não deviam ser mencionadas, isso sabemos das histórias como a de "Cálice". Mas, no passado também não podia. Aldir Blanc e João Bosco suaram para conseguir liberar "Mestre-Sala dos Mares", composição brilhante

cujas ideias iniciais eram chamadas de "Almirante Negro", numa espécie de samba-canção-enredo sobre João Cândido, o herói da Revolta da Chibata (em 1910), que ainda continha a seguinte descrição dos castigos corporais sofridos pelos marinheiros revoltosos: "*rubras cascatas jorravam das costas dos negros pelas pontas das chibatas*". A descrição, de resto, que se referia ao passado tortura e maus-tratos dos 300 anos de escravidão no Brasil.

Em entrevista ao livro, João Bosco conta: "No departamento de censura tinha um balcão e a gente ficava ali, com a letra na mão, esperando atendimento. Um funcionário passava de um lado para outro e, às vezes, botava o dedo em cima de um trecho da letra. (...) Aí o dedo do cara do balcão apontou para a palavra 'negro' e para 'as pontas das chibatas'. Assim, a música foi ganhando outras palavras. A sorte era que o Aldir era craque em mexer na música, em driblar os caras sem

alterar a estrutura, sem perder a força das imagens".

"Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça" também se presta para destacar a importância de registrar em forma de livro as histórias da história da Censura nesse período. Especialmente quando nesta outra página infeliz da nossa história, a que vivemos desde 2018 com a eleição do ex-deputado miliciano, ex-capitão do Exército e que afirma que o erro da ditadura foi não ter matado mais. Estamos sob ameaça constante de retrocessos semelhantes. •



BICENTENÁRIO

1822 2022



DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
Documentação e
Memória Política
Instituído em 2001



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**



Saiba como criar um comitê
pt.org.br